

**COMISSÃO EVENTUAL DE INQUÉRITO PARLAMENTAR ÀS  
PERDAS REGISTADAS PELO NOVO BANCO E IMPUTADAS AO  
FUNDO DE RESOLUÇÃO**

[Inquérito Parlamentar n.º 5/XIV/1.ª (BE)]

[Inquérito Parlamentar n.º 6/XIV/1.ª (IL)]

[Inquérito Parlamentar n.º 7/XIV/2.ª (PS)]

**Reunião n.º 29**

(Presencial e por videoconferência)

6 de maio de 2021

(9:44 h – 13:19 h)

**Ordem do dia:** Audição do Dr. João Gama Leão, Presidente do Conselho de Administração da Prebuild

**Presidente da Comissão:** Fernando Negrão (PSD)

**Deputados oradores:** Joana Sá Pereira (PS)

Hugo Carneiro (PSD)

Mariana Mortágua (BE)

Duarte Alves (PCP)

Cecília Meireles (CDS-PP)

João Cotrim de Figueiredo (IL)

O Sr. **Presidente** (Fernando Negrão): — Bom dia, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, temos quórum, pelo que vamos dar início à nossa reunião da Comissão Eventual de Inquérito Parlamentar às perdas registadas pelo Novo Banco e imputadas ao Fundo de Resolução.

*Eram 9 horas e 44 minutos.*

Temos hoje a audição do Sr. Dr. João Gama Leão, Presidente do Conselho de Administração da Prebuild, que vem acompanhado do seu advogado, o Sr. Dr. Paulo Correia.

Queria só fazer a menção de que a Comissão e os serviços de apoio à Comissão fizeram todos os esforços com os contactos existentes para contactar o Sr. Dr. João Gama Leão, o que não foi possível, porque estava fora do País, deu-me agora essa informação, mas, logo que tomou nota de que a Comissão tinha interesse em ouvi-lo, contactou a Comissão. É um facto, contactou a Comissão. Queria deixar esta nota.

Entramos, desde já, na primeira ronda, tendo, para o efeito, a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Joana Sá Pereira.

A Sr.<sup>a</sup> **Joana Sá Pereira** (PS): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, Dr. João Gama Leão, muito bom dia.

Nesta Comissão de Inquérito temos percebido que muitos dos devedores que estão também aqui a ser escrutinados, tiveram, em determinado momento, um acesso muito facilitado, diríamos, ao crédito. E essa premissa regista-se muito por força da ligação que tinham, alguns deles, com o Grupo Espírito Santo (GES).

Queria começar por aí e queria que dissesse à Comissão de Inquérito se tinha ou teve alguma ligação com o Grupo Espírito Santo.

O Sr. Dr. **João Gama Leão** (Presidente do Conselho de Administração da Prebuild): — Muito bom dia a todos. Queria agradecer ter sido chamado a esta Comissão de Inquérito.

De facto, tenho várias — muitas, espero eu — informações úteis. O meu grupo comprou empresas do Grupo Espírito Santo, teve uma relação longa com o Grupo Espírito Santo e depois terminou com o Novo Banco.

A minha relação com o Grupo Espírito Santo sempre foi uma relação muito profissional, pensava eu, e, de facto, se há alguém que foi privilegiado nas relações com o Grupo Espírito Santo não fui eu de certeza, *okay*?

Eu tenho visto com muita atenção esta Comissão de Inquérito e, de facto, tenho descoberto que houve muita gente privilegiada, mas de certeza que não foi o meu caso.

A Sr.<sup>a</sup> **Joana Sá Pereira** (PS): — Participou no aumento de capital em 2011 feito à Espírito Santo Internacional (ESI), que era *holding* de todo do Grupo Espírito Santo. Correto?

O Sr. Dr. **João Gama Leão**: — Correto

A Sr.<sup>a</sup> **Joana Sá Pereira** (PS): — E participou de que forma?

O Sr. Dr. **João Gama Leão**: — Com dinheiro.

A Sr.<sup>a</sup> **Joana Sá Pereira** (PS): — Capitais próprios?

O Sr. Dr. **João Gama Leão**: — Eu participei com capitais próprios, sim, que chegaram a Portugal via uma *standby letter of credit* (SBLC).

A Sr.<sup>a</sup> **Joana Sá Pereira** (PS): — Qual é que é a origem dessas... É uma, é isso que diz, carta de conforto?

O Sr. Dr. **João Gama Leão**: — Não, não se trata de uma carta de conforto. Uma *standby letter* é uma garantia, *okay*?

A Sr.<sup>a</sup> **Joana Sá Pereira** (PS): — E foi só uma?

O Sr. Dr. **João Gama Leão**: — Foi só uma.

A Sr.<sup>a</sup> **Joana Sá Pereira** (PS): — E qual era a proveniência dessa garantia.

O Sr. Dr. **João Gama Leão**: — A proveniência dessa garantia vinha de onde tínhamos a nossa principal operação, que era em Angola.

A Sr.<sup>a</sup> **Joana Sá Pereira** (PS): — E qual é que era a entidade bancária em Angola?

O Sr. Dr. **João Gama Leão**: — Era o Banco Espírito Santo de Angola (BESA).

A Sr.<sup>a</sup> **Joana Sá Pereira** (PS): — Portanto, a garantia que obtive do BESA serviu para fazer um investimento num aumento de capital da ESI. É isso?

O Sr. Dr. **João Gama Leão**: — Sim, podemos dizer que sim.

A Sr.<sup>a</sup> **Joana Sá Pereira** (PS): — E sabe dizer-nos qual é que foi o valor desse investimento para si?

O Sr. Dr. **João Gama Leão**: — 20 milhões de euros.

A Sr.<sup>a</sup> **Joana Sá Pereira** (PS): — O Sr. Doutor começou, salvo erro, em 2001, em Angola, portanto começou a sua atividade essencialmente na indústria da construção em Angola. Porquê o interesse em participar neste aumento de capital nesta indústria, digamos assim, que não tem propriamente que ver com aquilo a que se dedicava desde 2001?

Qual é que foi a razão para participar neste investimento?

O Sr. Dr. **João Gama Leão**: — Não sei quanto tempo tenho para responder...

O Sr. **Presidente**: — Falámos lá fora e o Sr. Doutor tem o tempo que entender.

O Sr. Dr. **João Gama Leão**: — Muito bem.

Gostaria que ficasse claro que a minha vida empresarial nasce do zero. Eu começo em Angola, como diretor comercial de duas construtoras — uma e depois outra, não eram as duas ao mesmo tempo —, e depois inicio a minha atividade. Construí obra pública, contruí milhares de casas sociais, certamente centenas de escolas, hospitais, centros médicos... E, daí, tive a oportunidade de regressar ao meu País.

Regresso ao meu País quando ganho uma obra grande em Angola, já depois de uma mudança do meu grupo, em que eu decidi que não queria mais fazer obra pública e que queria entrar no setor privado.

Então, tenho a oportunidade grandiosa — na altura — de ganhar a construção de 40 hotéis e foi na construção desses 40 hotéis para um grupo de seguros que eu venho para Portugal.

Nesse regresso a Portugal tenho a oportunidade de investir no Grupo Espírito Santo. Sei que o Grupo Espírito Santo hoje tem o nome que tem, tem a situação que tem, tem o histórico que tem, mas, na verdade, na altura em que eu investi, foi talvez dos momentos altos da minha carreira.

Se o que quer dizer com a sua pergunta é que eu investi para ser beneficiado em financiamentos, claramente que lhe digo que não.

Lembro-me de um almoço que tive com o Dr. Ricardo Salgado e o Dr. Ricardo Salgado, depois de eu já ter investido no Grupo Espírito Santo, se não me falha a memória era na ESI, sentou-me à cabeceira da mesa e disse que a família nunca esquece quem nos ajuda. E claro, eu, na altura, com 35, 36 anos — bem, já não me recordo —, com certeza que foi... Hoje pode parecer ridículo isto, mas, na altura, foi dos momentos altos da minha carreira: foi ter o Dr. Ricardo Salgado a agradecer-me o meu investimento.

Quanto a isso de resultarem benefícios no banco, acho que facilmente vou mostrar que se há coisa que não fui beneficiado pelo banco.

A Sr.<sup>a</sup> **Joana Sá Pereira** (PS): — Disse que o Dr. Ricardo Salgado terá dito: «a família nunca esquece quem os ajuda». Eu diria que os portugueses também não esquecem quem os desajudou. E é sobre isso que importa, também, nesta Comissão de Inquérito, falarmos mais um pouco.

Quem é que lhe propôs investir no aumento de capital da ESI?

O Sr. Dr. **João Gama Leão**: — Bem, não foi o Dr. Ricardo Salgado.

Na altura, quem me propôs investir no Grupo Espírito Santo foi o Dr. Bernardo Espírito Santo.

A Sr.<sup>a</sup> **Joana Sá Pereira** (PS): — E que abordagem é que o Dr. Bernardo Espírito Santo lhe fez para participar nesse aumento de capital?

O Sr. Dr. **João Gama Leão**: — Tão simples quanto isto: «Precisamos de gente amiga que invista no grupo». Foi uma abordagem tão simples quanto essa.

A Sr.<sup>a</sup> **Joana Sá Pereira** (PS): — Portanto, tinha uma relação próxima com a família Espírito Santo, pelo que nos está aqui a transmitir?

O Sr. Dr. **João Gama Leão**: — O Dr. Bernardo Espírito Santo, não sei se sabem, era o responsável da área de empresas, ou um dos responsáveis da área de empresas.

Deixe-me diferenciar uma coisa. De facto, sou uma pessoa próxima da família Espírito Santo, fiquei próximo da família Espírito Santo. Não podemos é confundir família Espírito Santo com Ricardo Salgado.

Eu, de facto, sou muito próximo e tenho muita admiração pela família Espírito Santo, mas resumir a família Espírito Santo a Ricardo Salgado será resumir demasiado aquilo que é a história daquela família.

A Sr.<sup>a</sup> **Joana Sá Pereira** (PS): — Então, diria, tomou cegamente a decisão, por amizade, de participar nesse aumento de capital.

Portanto, um amigo pediu-lhe ajuda para participar nesse aumento de capital, o Sr. Doutor, em Angola, no fundo, pediu que fossem emitidas garantias para poder investir na *holding* de topo do Grupo Espírito Santo e, por amizade, o Dr. João Gama Leão acedeu de imediato?

O Sr. Dr. **João Gama Leão**: — Se foi isso que entendeu das minhas palavras, peço desculpa, expliquei-me mal.

Era absolutamente estratégico para um grupo com o meu, com o crescimento que eu tinha, com as empresas que eu tinha, ter uma posição no, diria, melhor banco, na altura — considerado por todos, não só por mim —, no melhor grupo do nosso País. Não era... Por isso, era uma posição estratégica da minha parte.

Pode parecer inocente, hoje, mas, de facto, foi o meu pensamento na altura.

A Sr.<sup>a</sup> **Joana Sá Pereira** (PS): — Pois, e hoje estamos a sentir os reflexos desses atos de gestão que têm trazido inúmeras dificuldades aos portugueses e é sobre eles que também temos de refletir e puxar a fita do tempo atrás.

Disse que foi estratégico, em 2011, fazer esse investimento.

O Sr. Doutor participava nas decisões do Grupo Espírito Santo? Era consultado? Dava opinião? Falava frequentemente com a família? Qual é que era o seu grau de envolvimento no grupo?

O Sr. Dr. **João Gama Leão**: — Falar... Mais uma vez, família Espírito Santo parece uma coisa de mafiosos...

A Sr.<sup>a</sup> **Joana Sá Pereira** (PS): — Pois...

O Sr. Dr. **João Gama Leão**: — Com o Dr. Ricardo Salgado não falava. Posso dizer que me encontrei duas ou três vezes com o Dr. Ricardo Salgado para tristeza do meu passado; agora, com a família, com certeza, já lhe disse que tinha e tenho boas relações com a família Espírito Santo.

A Sr.<sup>a</sup> **Joana Sá Pereira** (PS): — Mas perguntei-lhe se participava nas decisões, na gestão, se era consultado, se lhe ligavam a pedir um conselho,



uma opinião, se se sentava à volta da mesa para, no fundo, decidir o rumo do grupo.

O Sr. Dr. **João Gama Leão**: — Não, a mim só me sentaram à mesa quando foi para me tirar dinheiro, *okay*?

Antes disso...

A Sr.<sup>a</sup> **Joana Sá Pereira** (PS): — Pedia-lhe que explicasse que dinheiro é que lhe tiraram, porque o que sentimos é que nos estão a tirar dinheiro, mas não a si.

O Sr. Dr. **João Gama Leão**: — Claro. Mas essa é a sua visão, não é? A minha visão é de que eu tinha um grupo de centenas de milhões que foi transformado em nada por esse mesmo motivo.

Portanto, imagino que tenha essa visão, de que o País todo acaba por ser prejudicado por isso, mas eu fui um dos prejudicados.

A Sr.<sup>a</sup> **Joana Sá Pereira** (PS): — O Sr. Doutor, segundo a história que é conhecida, comprava... A sua atividade também consistia na aquisição de empresas que estavam em situação financeira difícil. Portanto, diria, em suma, que fazia apostas de risco durante a sua vida profissional. Correto?

O Sr. Dr. **João Gama Leão**: — É assim, quem não nasceu com apelido Espírito Santo tem de ir à luta, porque senão não faz nada. E não há outra maneira de crescer sem risco, *okay*? Não há outra maneira!

Quanto a considerar que eu fazia apostas de risco, é uma frase boa, mas, de facto, não reflete a realidade dos factos.

Eu poderia dizer que hoje há centenas de empregos que continuam, apesar de eu não ser hoje o proprietário, por causa dessa minha aptidão para o risco.

E sabe uma grande diferença, Sr.<sup>a</sup> Deputada? É que um empresário, quando investe em empresas em dificuldades, é um apostador em risco, mas, se for uma entidade financeira a fazer o mesmo — e o nosso País está cheio delas, repito, cheio delas, ou seja, de entidades que apostaram em empresas com dificuldades —, a isso chama-se fundos, Okay? Chamam-se fundos.

Se for um empresário, é um jogo de risco, um apostador no risco; se for um banqueiro, faz parte da defesa do sistema financeiro.

A Sr.<sup>a</sup> **Joana Sá Pereira** (PS): — Vamos continuar um bocadinho no seu percurso profissional.

O Sr. Dr. **João Gama Leão**: — Por favor.

A Sr.<sup>a</sup> **Joana Sá Pereira** (PS): — Começou em Angola, continuou a desenvolver a sua atividade em Portugal e comprava algumas empresas para as tentar reerguer, no fundo, se me permite essa expressão.

O Sr. Dr. **João Gama Leão**: — Agradeço essa expressão.

A Sr.<sup>a</sup> **Joana Sá Pereira** (PS): — Nisso, foi bem-sucedido?

O Sr. Dr. **João Gama Leão**: — Fui. Tanto fui, que as empresas continuam hoje.

A Sr.<sup>a</sup> **Joana Sá Pereira** (PS): — Todas?

O Sr. Dr. **João Gama Leão**: — Não todas. Infelizmente, não consegui todas, mas diria que a maior parte continua. Com outros proprietários, é verdade, mas continua a maior parte. Diria que 90 %.

A Sr.<sup>a</sup> **Joana Sá Pereira** (PS): — Voltando um bocadinho à transição, o Sr. Doutor sabe que o grupo que administrou está inscrito na lista dos grandes devedores do Novo Banco, por transição do Banco Espírito Santo.

Aquilo que lhe queria perguntar é, em primeiro lugar, qual o valor da dívida atual e, em segundo lugar, qual a origem desse valor.

Portanto, pergunto por que razão recorreu sistematicamente a crédito, para, no fundo, favorecer o seu grupo, naturalmente.

O Sr. Dr. **João Gama Leão**: — Muito obrigado por isso.

Na verdade, não recorri sistematicamente a crédito. De facto, quanto à origem do meu grupo, posso dizer que o meu grupo tinha, certamente, uma posição bastante agressiva de crescimento, de recuperação de empresas, de expansão.

Talvez tenha sido a minha falha, mas, se tivesse de fazer hoje, faria exatamente da mesma maneira.

Peço desculpa, perdi-me na pergunta. Consegue recuperá-la?

A Sr.<sup>a</sup> **Joana Sá Pereira** (PS): — Qual é o valor, atualmente, da dívida do grupo que administrou e, no fundo, o que aconteceu para que esse valor chegasse a números astronómicos?

O Sr. Dr. **João Gama Leão**: — Pois, isso depende do que considera serem «números astronómicos».

De facto, acho que a situação a que chegámos é um desastre, mas gostaria de lembrar que eu tinha, em Portugal, 12 fábricas. Essas 12 fábricas

foram todas adquiridas — umas com mais dificuldade, outras com menos dificuldade — sem recurso a crédito.

A recuperação dessas fábricas não foi uma coisa fácil. Quatro ou cinco dessas fábricas, que eram do Grupo Aleluia, foram adquiridas ao Grupo Espírito Santo.

Depois, estávamos com um ritmo muito acelerado em Angola, estávamos a abrir operações na Colômbia e estávamos a abrir operações no norte de África, na Argélia. Por isso, era uma fase de grande investimento.

Tenho visto as audições dos grandes devedores e aceito o rótulo de «grande devedor»; não aceito é que me comparem com esta elite podre que tem vindo cá. Isso é que não aceito, porque essa gente endividou-se para comprar ações, endividou-se para fazer tudo, endividou-se para manipular o mercado, endividou-se para servir o Dr. Ricardo Salgado e eu endividei-me para recuperar empresas, endividei-me para expandir negócios, endividei-me para internacionalizar empresas portuguesas.

Por isso, com certeza tenho esse rótulo de «grande devedor», mas não gostava de ficar para a história com um rótulo igual ao dessas empresas que vieram aqui, há dias, virão outras.

A Sr.<sup>a</sup> **Joana Sá Pereira** (PS): — Qual é o valor da dívida que o grupo, neste momento, tem ao Novo Banco?

O Sr. Dr. **João Gama Leão**: — A dívida são 300 e qualquer coisa milhões.

A Sr.<sup>a</sup> **Joana Sá Pereira** (PS): — Disse que se endividou para recuperar empresas e para expandir negócios. Puxando, também, um bocadinho da sua atividade profissional, queria perguntar que empresas foram essas que recuperou.

Há um registo de algumas empresas que entraram em insolvência. Portanto, queria perguntar-lhe o seguinte: durante a sua gestão, quantas empresas recuperou e quantas foram declaradas insolventes?

O Sr. Dr. **João Gama Leão**: — Se não me falha a memória, insolvente foi declarada uma. Foi declarada insolvente uma empresa, depois da queda do meu grupo.

Isto também é importante realçar: é que, ao contrário de outros — não lhes posso chamar «colegas», porque o meu respeito por eles é nenhum —, ao contrário de outras empresas, que estiveram aqui, a minha dívida não se arrasta no Grupo Espírito Santo, ou no Banco Espírito Santo, há 10 anos, há 15 anos, nem tem vindo a ser camuflada, ao longo dos anos; a minha dívida é recente.

A minha dívida, se não me falha a memória... Já passaram muitos anos, mas acho que, em 2010, nem sequer trabalhava com o Banco Espírito Santo. Por isso, quando regresssei a Portugal e quando comecei a comprar empresas nem tinha relação com o Grupo Espírito Santo.

De facto, a minha dívida é recente, dedicada à minha atividade e não a atividades paralelas.

A empresa que foi declarada insolvente foi a Porama, que era uma empresa dedicada a carpintarias. O facto de ela ter sido declarada insolvente tem que ver, exatamente, com a dependência do meu grupo, ao contrário de todas as outras, que tentei afastar do grupo, para que cada uma cumprisse a sua missão no mercado.

Por um momento de necessidade de produtos em madeira, a demasiada exposição da Porama às necessidades do grupo fez com que fosse declarada insolvente.

A Sr.<sup>a</sup> **Joana Sá Pereira** (PS): — Talvez seja mais fácil fazermos o seguinte: tenho aqui uma lista de empresas que faziam parte do grupo e o Sr. Doutor pode dar-nos nota de quais foram os desenvolvimentos subsequentes dessas empresas.

Podemos começar pela Aleluia Cerâmicas.

O Sr. Dr. **João Gama Leão**: — Quer que lhe explique a Aleluia Cerâmicas? É, de facto, uma história muito interessante.

Estava, como lhe disse, num ritmo de expansão, o Grupo Aleluia é constituído por quatro ou cinco fábricas e o Grupo Espírito Santo, digamos, convida-me para uma reunião para falar das Cerâmicas Aleluia.

Então, nessa reunião, expõem-me que a Aleluia tinha dificuldades e precisava de solução. Nessa altura, a Aleluia custava, ao banco, 12 milhões de euros por ano, ou seja, aquela fábrica custava, ao banco, 1 milhão de euros por mês.

Quando se perguntam por que razão caiu o Grupo Espírito Santo, a parte não financeira, um dos grandes motivos também tem que ver com essa empresa, mas tem que ver com o modelo de gestão, que era um modelo de gestão absolutamente incompetente.

Então, sou chamado para uma reunião, em que está o banco, está a recuperação de crédito do banco e está o representante da Rioforte, que não sei se era CEO (*chief executive officer*), se era presidente, mas era o Dr. João Pena, e falou-se das dificuldades da Aleluia.

O responsável da Aleluia dessa altura defendeu que a empresa custava 12 milhões de euros por ano ao banco e o banco tinha uma preocupação de salvar a imagem e de impedir a falência de uma empresa que era do grupo.

Esse é um dos problemas de alguns grupos, que também passou pelo meu, de certeza: é que, às vezes, começam mais a viver da imagem do que

da gestão. Essa é uma fase pela qual os grupos passam quando começam a ficar públicos e que, de facto, destrói muitas empresas.

Então, a situação da fábrica era a de que custava 12 milhões de euros por ano e a proposta do João Pena, na altura, era a de utilizar um documento que tinha, a que chamei «branqueamento de idiotas». Peço perdão pela agressividade, mas foi o que chamei ao documento que ele tinha. O «branqueamento de idiotas», para mim, era o quê?! Era um *business plan*, feito pela Deloitte, que dizia que, se o banco investisse mais 6 milhões de euros, a empresa recuperaria o equilíbrio.

Nesse dia, ganhei bastantes inimigos. Respondi ao João Pena: «Então, você está num navio, numa grande tempestade, e a sua proposta para salvar o navio é meter-lhe mais carga em cima?! Bem, isso não faz parte da boa gestão.» E continuei: «Portanto, se querem, de facto, recuperar as empresas, a solução que têm é a de reduzir custos, torná-las mais rentáveis, torná-las mais comerciais e não injetar mais dinheiro.»

Bem, com certeza, ganhei uma série de inimigos, na altura.

A determinada altura, passados uns meses — mais uma marca na minha história! —, aparece-me o Dr. Bernardo Espírito Santo e o Dr. Daniel Santos, uma figura que ficará, também, na minha história, que era, na altura, o senhor responsável pela recuperação de crédito do Banco Espírito Santo. Acho que essa figura ainda é o responsável pela recuperação de crédito do Novo Banco.

Então, eles propõem-me o seguinte: «Tens de ficar com as fábricas.» Propuseram-me ficar com as fábricas, porque já não aguentavam a solução, já não tinham como encontrar solução para a Aleluia e começámos a negociação para eu ficar com as fábricas.

Reparem: não foi para fazer favor a ninguém. Foi porque o Grupo Aleluia era uma fábrica com bastante capacidade tecnológica, com quadros muito bons, um grupo muito exportador, que, de facto, ficava bem no meu

grupo. De facto, gostaria de ter a Aleluia no meu grupo e, por isso, na altura, adquirir a Aleluia.

A Sr.<sup>a</sup> **Joana Sá Pereira** (PS): — Só fico um pouco baralhada com aquilo que nos diz, porque, ao mesmo tempo, diz que não foi um «privilegiado» (expressão sua) nas relações que tinha com a família Espírito Santo, em sentido lato — já percebi que gosta de distinguir os seus membros —, mas, depois, aquilo que nos traduz, nas perguntas que vamos fazendo, é que, no fundo, havia um interesse, diria até, da parte do Grupo Espírito Santo em investir nas suas empresas, mais do que do próprio Dr. João Gama Leão.

Fico confusa, no fundo, em tentar perceber, então, quem é que tinha interesse em investir ainda mais nessas empresas: se era o Dr. João Gama Leão, se era... Falou-nos do Dr. João Pena, que tinha uma ligação à Rioforte, se não estou em erro. Confirma?

O Sr. Dr. **João Gama Leão**: — Acho que era o Presidente Executivo da Rioforte.

A Sr.<sup>a</sup> **Joana Sá Pereira** (PS): — Portanto, geria consigo, diretamente, estas questões relacionadas com as suas empresas.

O Sr. Dr. **João Gama Leão**: — Essa frase «geria consigo essas empresas» é uma frase sua.

Eu fui convidado para uma reunião para tentar ajudar a encontrar uma solução para a Aleluia. Posteriormente, depois de lhe ter manifestado a minha opinião de que endividar mais as empresas não faria sentido, é-me proposta a compra da Aleluia.



Se entendeu que isso é uma relação privilegiada, mais tarde, no decorrer das perguntas, vou-lhe mostrar o privilégio que isso trouxe à minha vida.

A Sr.<sup>a</sup> **Joana Sá Pereira** (PS): — Tive de ir confirmar se a audição que estávamos a fazer era a de um devedor ou se era a de um lesado do Grupo Espírito Santo, porque a versão que o Sr. Doutor nos está aqui a contar aparenta ser a versão de uma pessoa que foi completamente lesada pelo Grupo quando a realidade, hoje, é a de que temos um grupo que deve ao Novo Banco mais de 300 milhões de euros, segundo nos disse, ativo esse que está ao abrigo do capital contingente e que tem sido também alvo de injeções de capital.

Portanto, nós estamos a fazer essa avaliação hoje e a dívida do seu grupo é uma dívida que tem causado alguns constrangimentos hoje à gestão do Novo Banco.

Por isso, parece — eu diria até — alucinante que o Sr. Doutor esteja hoje a assumir a posição quase de um lesado do Grupo Espírito Santo, quando a realidade que temos é a de uma dívida astronómica com impactos, hoje, na saúde do Novo Banco e na saúde de todos nós, contribuintes portugueses.

O Sr. Dr. **João Gama Leão**: — Muito bem.

Sr.<sup>a</sup> Deputada, o facto de o Novo Banco estar hoje na saúde de todos os portugueses não é culpa minha. Pode ser culpa de muita gente, mas não é minha de certeza. Não fui eu que peguei de assalto o Banco Espírito Santo e o transformei num problema público. Não fui eu de certeza!

Se acha que eu me sinto lesado pelo Grupo Espírito Santo, eu acrescento-lhe: tenho pouco jeito para papel de vítima. Tudo o que eu fiz assinei, portanto sou corresponsável. Mas se acha que o papel que eu venho

aqui defender é alucinante, dizendo que sou vítima do Grupo Espírito Santo, eu acrescento: sou vítima do Grupo Espírito Santo e do Novo Banco!

A verdade é que parece que o interesse desta Comissão é, com certeza, defender o interesse público, mas não confundo o interesse público com o interesse do Novo Banco. O Novo Banco tem interesses que não são públicos. Apesar de ter dinheiro público, os interesses do Novo Banco não são públicos. E não fui eu, de maneira nenhuma, que peguei num problema de larápios, mudei o rei e mando agora o problema para os contribuintes. Não fui eu de certeza!

E posso explicar-lhe melhor a minha dívida se...

A Sr.<sup>a</sup> **Joana Sá Pereira** (PS): — Talvez seja bom para esta Comissão perceber, então, porque é que não é um lesado e é um devedor.

O Sr. Dr. **João Gama Leão**: — Eu não sou um lesado, sou um grande devedor do Novo Banco — só para ficar claro.

A minha dívida tem dois grandes itens: um, recuperação de empresas em dificuldades e, outro, apoio à exportação, todo esse apoio à exportação suportado com *trade finance*, ou seja, o que o meu grupo fazia era exportar.

Não sei se consta nos vossos registos que o meu grupo era um dos grandes exportadores deste País. Portanto, não é nenhuma fantasia. Era um grande exportador, para mais de 50 países.

De facto, a dívida é astronómica, mas chega aos 300 e tal milhões pelo Novo Banco, não pela minha mão. Posso, depois, voltar ao pormenor de porque é que eu digo isso.

A Sr.<sup>a</sup> **Joana Sá Pereira** (PS): — Agradecia-lhe, então, que fizesse isso agora para percebermos porque é que o Novo Banco é o culpado da dívida que o próprio Novo Banco está a assumir.

O Sr. Dr. **João Gama Leão**: — Eu não disse isso, Sr.<sup>a</sup> Deputada. Eu não disse que o Novo Banco é o culpado da dívida.

O Sr. Presidente, há dias, pediu a um senhor que cá estava para ser afirmativo, e eu vou ser afirmativo: a dívida ao Novo Banco é da minha responsabilidade.

A queda do meu grupo, aí é que eu já desconfio da minha responsabilidade. *Okay?*

A Sr.<sup>a</sup> **Joana Sá Pereira** (PS): — Pergunto-lhe porquê, então. Quem é o responsável da queda do seu grupo?

O Sr. **Presidente**: — Sr. Doutor, é agora!

*Risos.*

O Sr. Dr. **João Gama Leão**: — Muito obrigado, Sr. Presidente.

Então, deixe-me explicar. Primeiro, eu não trago dívidas de não sei quantos anos renovadas com fantasias; a minha dívida é muito recente; segundo, quando caiu o Grupo Espírito Santo, o meu *default* era zero, não trazia dívidas penduradas do Novo Banco; terceiro, quando se dá a resolução do Banco Espírito Santo, a minha tentativa... Tentei, de todas as maneiras, contactar o Novo Banco — de todas as maneiras! O banco cai em 3 de agosto e eu consigo a primeira reunião com um responsável do Novo Banco em dezembro!

Posteriormente, meses depois dessa reunião, começámos a negociação de um PER (Processo Especial de Revitalização), uma reestruturação da dívida.

Claramente, o meu grupo precisava, eu diria, de uma reinvenção, precisava de se reorganizar. Reorganizar a dívida também, porque a nossa operação tinha morrido naquele momento, ou parte dela tinha morrido naquele momento, e eu precisava, com certeza, de encontrar novas soluções para o grupo. Então, começa-se a negociação de um PER.

Mas se eu pudesse fazer a analogia do meu grupo com a saúde... Até agosto de 2014, o meu grupo estava, de facto, numa situação frágil, porque tínhamos muitas frentes abertas. Não porque tínhamos créditos pendurados, estávamos com muitas frentes abertas, o que tinha a ver com os investimentos na América Latina e no norte de África.

De facto, como é normal, uma fase de grande investimento leva-nos a alguma fragilidade. O facto é que quando o banco cai, em agosto, eu fiquei atordoado, como todos os portugueses, como todo o País, e não me faltaram tentativas de contactar o Novo Banco para estudarmos soluções.

A Sr.<sup>a</sup> **Joana Sá Pereira** (PS): — O Sr. Doutor diz que precisou de fazer um PER — acabaram por ser dois. Mas se precisou de fazer um PER é porque a situação era má e se a situação era má, de quem era a responsabilidade? Não podia ser do Novo Banco.

O Sr. Dr. **João Gama Leão**: — Com certeza, Sr.<sup>a</sup> Deputada. É a mesma coisa que um doente chegar ao hospital e dizer que tem falta de ar. O que nos aconteceu foi que, em agosto, começámos a ter falta de ar e o que o Novo Banco fez foi dizer: «Vai para casa que não precisas de medicação.»

Meses depois... Não sei se é fácil entender isto, mas as empresas, principalmente as empresas atrevidas, como era o meu grupo, não têm grande capacidade para autonomia nem para brincadeiras: as coisas quando correm mal, correm mal; as empresas quando ficam sem liquidez, ficam sem liquidez. E isso é ficar sem ar.

Ouvi aqui o Dr. Stock da Cunha dizer que o Novo Banco ficou sem liquidez. O próprio Novo Banco ficou sem liquidez. Na altura, tinha pouca liquidez para se aguentar. Ele disse que aguentava um mês, três meses. Nós aguentámos mais que o Novo Banco. Nós aguentámos seis, sete, oito meses sem qualquer contacto com o nosso principal parceiro financeiro. Não tivemos nenhum contacto com o nosso principal parceiro financeiro.

Quando chega o contacto... A Sr.<sup>a</sup> Deputada pergunta se precisávamos de um PER. Sim, precisávamos de um PER por esse motivo. Precisávamos de um PER, porque tínhamos falta de oxigénio e ninguém nos atendeu, ninguém nos recebeu! E é nesse momento que passámos da fase de ter falta de oxigénio para a UTI (unidade de terapia intensiva). É isso que é o PER — uma empresa, não UTI.

A Sr.<sup>a</sup> **Joana Sá Pereira** (PS): — Segundo percebi agora da sua resposta, posso concluir que o grupo que administrou só funcionava com dívida constante, dívida essa que era nova. Correto?

O Sr. Dr. **João Gama Leão**: — Não sei se a Sr.<sup>a</sup> Deputada entendeu isso das minhas palavras, mas eu expliquei-lhe que o meu grupo exportava para mais de 50 países. Expliquei-lhe que o meu grupo estava numa fase de expansão. Expliquei-lhe também — acho que é do conhecimento de toda a gente — que as empresas que não nascem ricas precisam de apoio bancário. Acho que sabem que é para isso que os bancos existem. Tenho a certeza que os bancos não existem para terem malparados, que não é esse o objetivo deles, é para apoiarem empresas exportadoras, não para financiarem ações, mas para apoiarem empresas que criem emprego, que criem riqueza.

A Sr.<sup>a</sup> **Joana Sá Pereira** (PS): — Desde 2011, o grupo apresentava um *rating* B, creio eu, o que, portanto, equivalia a um risco de crédito muito

elevado. E foi na altura recomendado pelo Banco Espírito Santo — o insuspeito Banco Espírito Santo — que não fossem feitos aumentos de exposição. Apesar disto, entre 2011 e 2013, verificou-se um aumento significativo desta exposição.

Queria perguntar-lhe porque é que isto aconteceu.

O Sr. Dr. **João Gama Leão**: — Está a falar-me do *rating*. Nunca tive acesso a esse *rating*. Esse é um *rating* interno do banco. Portanto, é ao banco que terá de perguntar.

O aumento de exposição, se disseram que não deveriam ter exposição e fizeram mais exposição, é uma questão que também tem de perguntar ao banco, porque eu não sei.

Na verdade, a minha operação foi-se expandindo, foram crescendo os nossos negócios e com certeza que precisava de financiamento.

O que disse internamente o banco... Peço perdão, mas não sei o que disse.

A Sr.<sup>a</sup> **Joana Sá Pereira** (PS): — Voltando um pouco atrás, do que nos transmitiu, e tendo em conta os passos bastante acelerados que estava a dar, alguma vez parou para pensar que seria prudente desacelerar esse crescimento de que nos dava conta para, no fundo, dar passos mais concretos e seguros no terreno que estava a pisar?

O Sr. Dr. **João Gama Leão**: — Fantástico, Sr.<sup>a</sup> Deputada, penso nisso há seis anos! Será que andei depressa demais? Há seis anos que estou com essa pergunta.

É como lhe disse: quem não nasceu com apelidos fortes para poder ter a vida facilitada tem de lutar pela vida. Se foi rápido demais ou lento

demais... Sem dúvida, a Sr.<sup>a</sup> Deputada apanhou um ponto fraco meu. Se calhar, andei rápido demais.

A Sr.<sup>a</sup> **Joana Sá Pereira** (PS): — E de certeza que essa culpa não é do Banco Espírito Santo nem do Novo Banco.

O Sr. Dr. **João Gama Leão**: — Com certeza, Sr.<sup>a</sup> Deputada, essa culpa é minha e não a comparto com ninguém. A estratégia do meu grupo era absolutamente minha.

A Sr.<sup>a</sup> **Joana Sá Pereira** (PS): — Faço-lhe uma última pergunta, porque já esgotei o tempo de que dispunha:...

O Sr. **Presidente**: — Ainda não.

A Sr.<sup>a</sup> **Joana Sá Pereira** (PS): — São oito minutos...

O Sr. **Presidente**: — Nove minutos, Sr.<sup>a</sup> Deputada.

A Sr.<sup>a</sup> **Joana Sá Pereira** (PS): — Ah, são nove minutos! Obrigada, Sr. Presidente.

O Sr. Dr. **João Gama Leão**: — Só passaram ainda nove minutos?! Agora percebo por que algumas pessoas que chegam aqui ficam com amnésia, porque, de facto, a situação não é fácil!...

O Sr. **Presidente**: — Pode prosseguir, Sr.<sup>a</sup> Deputada.

A Sr.<sup>a</sup> **Joana Sá Pereira** (PS): — Considerava que o crédito que lhe tinha sido atribuído pelo Banco Espírito Santo era um crédito com boas condições, ou era mais caro do que noutros bancos? Na altura, quando se lançou nesta espiral, o crédito era mais barato ou mais caro do que noutros bancos? Porquê o Banco Espírito Santo?

O Sr. Dr. **João Gama Leão**: — Olhe, sei que fica mal falar sobre o antigo Banco Espírito Santo, mas o Banco Espírito Santo era, com certeza, o banco mais comercial, mais internacional dos bancos portugueses. Com certeza! Porquê o Banco Espírito Santo? Para mim, não há dúvida nenhuma, aliás, disse-o publicamente, na televisão, e, se calhar, isso custou-me muita coisa, mas eu disse que, internacionalmente, toda a gente via o Banco Espírito Santo como uma referência de Portugal em termos económicos. Ele era o melhor parceiro para o meu grupo, não há dúvidas nenhuma.

A Sr.<sup>a</sup> **Joana Sá Pereira** (PS): — Portanto, independentemente de uma análise que necessariamente faria por ser administrador de uma empresa, escolheu fazer o seu crédito no Banco Espírito Santo, porque era um banco com o qual tinha uma proximidade. Correto?

O Sr. Dr. **João Gama Leão**: — Proximidade... Não sei que registos têm, mas, como disse há pouco, podem ver que em 2010, 2009 a minha exposição ao Banco Espírito Santo era zero. Por isso, não tenho nenhuma ligação ao Banco Espírito Santo. E, para que se saiba, também, eu comecei a trabalhar com o Centro de Empresas de Oeiras. Quando regresssei de Angola criei aqui a minha primeira empresa e comecei a trabalhar com o Centro de Empresas de Oeiras. Não comecei de cima para baixo, comecei de baixo para cima. Foi do Centro de Empresas de Oeiras que comecei a dar os



primeiros passos, a criar as primeiras operações e foi daí que comecei depois a entrar noutra ritmo.

Há pouco perguntou-me qual era a minha relação com o Banco Espírito Santo. Foi exatamente por isso: foi porque eles viram alguém começar de baixo e encontrar algumas soluções para as empresas.

A Sr.<sup>a</sup> **Joana Sá Pereira** (PS): — Portanto, eu diria que apostaram cegamente em si porque, pessoal e profissionalmente, era uma pessoa que começava de baixo para cima, se me permite a simplicidade da expressão. Como era uma pessoa que começava de baixo para cima era uma pessoa em que, necessariamente, tinham de apostar cegamente a sua disponibilidade para o ajudar.

O Sr. Dr. **João Gama Leão**: — Gostaria que isso tivesse sido assim tão fácil, mas não foi, Sr.<sup>a</sup> Deputada, foi muito difícil! Foi muito difícil! Eu não cheguei e disse: «Estou aqui! Comecei de baixo para cima, ajudem-me!» Não, Sr.<sup>a</sup> Deputada, foi com muito esforço, muito sacrifício, muitas horas sem dormir. Se acha que, em algum momento, a vida me foi facilitada, gostaria de dizer que não foi.

A Sr.<sup>a</sup> **Joana Sá Pereira** (PS): — Uma última pergunta, Sr. Presidente.

Se entende que não era um privilegiado e que, no fundo, não tinha créditos de favor, a pergunta que lhe faço é porque é que, então, o BES, na análise interna que lhe fazia e nas análises de risco, a que também temos acesso, lhe atribuía um *rating* baixo e um nível de risco elevado?

O Sr. Dr. **João Gama Leão**: — Não sei o que é que o BES dizia. Como posso saber isso?!

A Sr.<sup>a</sup> **Joana Sá Pereira** (PS): — Administrava a empresa?

O Sr. Dr. **João Gama Leão**: — Mas eu não tenho acesso à documentação interna do banco, estou a ouvir isso pela primeira vez.

É normal que um grupo com um ritmo como o do meu, com a sua expansão e, principalmente, um grupo que compra empresas em dificuldades, é normal que não seja um triplo A. É normal. O porquê de, potencialmente, eu ter um *rating* baixo é fácil: demasiada, ou não, expansão — ritmo a mais, talvez — e aquisição de empresas em dificuldades. Isso sim. É que não foi só a Aleluia que adquiri. Como lhe disse, eu tinha 12 empresas — não tinha 12 empresas, tinha mais, mas fábricas tinha 12 e todas elas com dificuldades. Aliás, isso foi uma estratégia. A minha estratégia foi a de entrar em empresas em dificuldades, mas com capacidade de internacionalização, com capacidade de exportação. Essa foi uma estratégia. Pergunta-me se isso me deu um risco baixo, um *rating* baixo, ou um risco alto e um *rating* baixo? É possível que tenha dado, mas isso não me dá vantagem nenhuma na concessão de crédito, pelo contrário.

O Sr. **Presidente**: — Para lhe fazer perguntas, tem agora a palavra o Sr. Deputado Hugo Carneiro.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Dr. João Gama Leão, antes de ir propriamente às perguntas que tenho para lhe fazer, quero lembrar-lhe que disse-nos aqui que, a determinada altura, se cansou de fornecer o Estado angolano.

O Sr. Dr. **João Gama Leão**: — Como disse?

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Era fornecedor ou trabalhava para obras públicas, em Angola, deduzo, e, a determinada altura, cansou-se disso. Porque é que se cansou disso?

O Sr. Dr. **João Gama Leão**: — É muito difícil trabalhar para o setor público. Muito difícil! Na altura em que cheguei a Angola o negócio, em Angola, concentrava-se em Luanda. Em Luanda também estavam os grandes gigantes portugueses e brasileiros, na altura. As grandes empresas de construção brasileiras e portuguesas dominavam o mercado angolano e dominavam Luanda, que teria 80% do negócio do país.

Então, eu segui uma estratégia — mais uma vez uma estratégia arriscada, mais uma vez, talvez, num ritmo demasiado acelerado; não é talvez, certamente foi num ritmo demasiado acelerado, porque senão não estaria na situação em que estou hoje — e, então optei por uma estratégia simples: se eles todos vão para Luanda, vou fazer ao contrário, vou para as províncias. E quando oiço insinuações de que fui privilegiado, gostaria que soubessem o que é fazer obras no sul de Angola, no Namibe, ou fazer obras no interior de Angola...!

De facto, foi uma fase muito difícil da minha vida, principalmente difícil para as minhas equipas, e o que tive como oportunidade em Luanda seria impossível, o mercado estava dominado e eu não tive alternativa senão ir para as províncias e fazer as obras que os outros não queriam. Os outros não queriam fazer escolas no Uíge; fiz a primeira universidade de Saurimo...

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Mas essas eram obras públicas.

O Sr. Dr. **João Gama Leão**: — Eram obras públicas, com certeza. Naquela altura, Angola praticamente só tinha obras públicas, não tinha outro tipo de obras.

Ia fazer hospitais: fiz o hospital para tratamento da tuberculose do Namibe, fiz o maior hospital da zona sul de Angola. É óbvio que foi um momento muito difícil da minha vida.

Se tenho orgulho disso? Tenho, mas foi muito difícil. E depois para entrar em Luanda a minha estratégia foi ao contrário: então, se eles tomaram conta dos negócios públicos, eu vou aos privados. Então, dediquei-me: a minha empresa vai acabar de fazer obra pública e vai dedicar-se ao setor privado. Tive na altura o privilégio de ganhar uma grande obra no setor privado, coisa que era impensável, diria eu.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — E que obra era essa?

O Sr. Dr. **João Gama Leão**: — Referi-a há pouco, foi isso que me trouxe de volta a Portugal: a construção de 40 hotéis. E por isso o meu investimento industrial, Sr. Deputado. O meu investimento industrial teve que ver com o facto de ter ganhado uma obra de construção de 40 hotéis, todos iguais, num único projeto, espalhados pelo País. Ganhei essa obra exatamente por ter a minha empresa espalhada por todo o País, como em Angola se costuma dizer: «de Cabinda ao Cunene.»

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Sr. Dr. João Gama Leão, esses hotéis que ganhou pertenciam a uma empresa seguradora,...

O Sr. Dr. **João Gama Leão**: — Hum, hum.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — ... e essa empresa seguradora pertencia à Sonangol. Ou não?

O Sr. Dr. **João Gama Leão**: — Não sei bem a quem... Ela fazia os seguros da Sonangol, isso é certo.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — E pertencia à Sonangol. No fundo, aquilo que era uma obra privada... Era mais ou menos pública, diria eu.

O Sr. Dr. **João Gama Leão**: — Sr. Deputado, se o que quer dizer é que o meu negócio era suportado na corrupção angolana e em trabalhar com o Governo angolano, está enganado, Sr. Deputado. Se é essa a sua insinuação...

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Eu não fiz essa insinuação, apenas disse que o grupo segurador pertencia à Sonangol. Foi até aí que as minhas palavras foram.

O Sr. Dr. **João Gama Leão**: — Peço desculpa, então. Não sei a quem pertencia a AAA Seguros. Sei que a AAA era um grupo segurador que tinha os seguros da petrolífera angolana...

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — E pertencia à Sonangol. Se não tem essa informação, eu, que estou longe de Angola, dou-lhe essa informação agora.

O Sr. Dr. **João Gama Leão**: — Muito obrigado, Sr. Deputado.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Vamos voltar ao início da sua carreira profissional.

Disse que foi diretor de duas empresas ligadas à construção civil, se bem percebi. Daí para a frente, como prosseguiu?

O Sr. Dr. **João Gama Leão**: — Fui diretor de duas empresas de construção. Uma chamava-se Spri e a outra Pirâmide. E depois achei — e estamos a falar, se não me falha a memória, de 2006 — que a melhor estratégia na altura para a Spri era investir em obra social.

A Spri tinha um modelo prefabricado para obra social e propus à administração, na altura, que adaptássemos para obra social o prefabricado que a empresa detinha. A empresa não aceitou a minha proposta e eu, como diretor comercial, saí da empresa e fundei o meu primeiro negócio.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Em 2006?

O Sr. Dr. **João Gama Leão**: — De facto, as datas não são o meu forte...

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Quando foi que se tornou empresário? Com que idade?

O Sr. Dr. **João Gama Leão**: — Bem... É só fazer as contas, como dizia o outro senhor... Mas teria 27, 28 anos.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — E também para o conhecermos um pouco melhor, em termos de formação, qual era o percurso que o habilitava a ser empresário, se é que isso era necessário?

O Sr. **João Gama Leão**: — Muito bem. Eu saí de Coimbra diretamente para Angola. Eu estudei gestão e, depois, quando regresssei a Portugal, com esses negócios que já são conhecidos — e agora acho que vão

ficar mais, infelizmente —, comecei a estudar de noite e fiz um MBA e fiz mestrado em gestão.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — E o grupo vai à falência quando tinha 44 anos. Confirma isso?

O Sr. **João Gama Leão**: — Também é só... Eu tenho, hoje, 46 anos, por isso é capaz de ser... Teria 41, 42 anos, talvez.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Em algum País a insolvência de empresas foi considerada dolosa? E, se sim, onde?

O Sr. **João Gama Leão**: — Em nenhum País: nem em Portugal, nem com os algozes do Novo Banco, a minha insolvência foi considerada dolosa. E não foi considerada dolosa, não por um juiz: o próprio Novo Banco, que pediu a insolvência, não viu, da minha parte, qualquer dolo na falência da minha empresa. Acho eu, porque senão deviam ter pedido.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — E todos esses processos estão encerrados?

O Sr. **João Gama Leão**: — Não, não. Há um processo de uma das *holdings* que tínhamos que ainda decorre e há outra *holding* que...

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Podia detalhar, se faz favor?

O Sr. **João Gama Leão**: — É daquelas partes... Então, a Goldenpar ainda é um processo aberto: está na mão do administrador... Não, peço

desculpa, a Goldenpar já tem o processo fechado por parte do administrador de insolvências: estará na mão do tribunal para a última fase.

A Tglobal Suplly ainda está na mão do administrador de insolvência.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — O administrador de insolvência é o mesmo nas duas empresas?

O Sr. **João Gama Leão**: — Eu não conheço nenhum dos dois, não é, mas não é. Nem foi pedido por nós, *okay*? Foi pedido pelo Novo Banco.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Voltando aqui ao Grupo Espírito Santo, alguma vez foi administrador de alguma das sociedades do Grupo Espírito Santo?

O Sr. **João Gama Leão**: — De maneira nenhuma.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Estou a perguntar.

Segunda questão: disse que o investimento que fez, em 2011 e 2012, de 20, ou 22 milhões de euros, ou à volta disso, fê-lo através de garantias no BESA.

Essas garantias foram pessoais, ou melhor, essas garantias foram pedidas em nome pessoal, ou em nome da Prebuild, ou de alguma empresa da Prebuild.

O Sr. **João Gama Leão**: — Em nome da Prebuild.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — E alguma vez foi pago até hoje?



O Sr. **João Gama Leão**: — Tem de perguntar ao Novo Banco, porque a partir do momento em que é emitida uma *standby letter*, não depende de mim a cobrança: é um compromisso de banco com banco.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — O que significa, então, que o Novo Banco teve de pagar ao BESA, mas, depois, a Prebuild não pagou ao Novo Banco.

O Sr. **João Gama Leão**: — Não, ao contrário. O BESA teria de pagar ao Novo Banco, se pagou, ou não... Era uma garantia. Os dois bancos fecharam, portanto...

Ouvi, ontem, aqui, o Dr. Stock da Cunha dizer que conseguiu receber o dinheiro de Angola. Provavelmente, conseguiu receber essas *standby letters*. A verdade é que estão no processo de insolvência. Se conseguiu receber, ou não...

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Confirma que também pediu a sua insolvência pessoal?

O Sr. **João Gama Leão**: — Quem pediu? Acha que eu iria pedir a minha insolvência pessoal?

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Estou a perguntar...

O Sr. **João Gama Leão**: — Volto atrás...

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Não é algo inédito, deixe-me dizer-lhe que não é algo inédito. Vejo a sua surpresa, mas não é algo inédito. Mas diga.

O Sr. **João Gama Leão**: — Eu diria... Como?

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Pode acontecer.

O Sr. **João Gama Leão**: — Não, a questão é que, digamos que a grande fatalidade foi terem pedido minha insolvência pessoal, porque se não tivessem pedido a minha insolvência pessoal, eu ainda era capaz de fazer alguma coisa. A partir do momento que pediram a minha insolvência pessoal, eu perdi qualquer probabilidade de recuperação.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — E quem é que pediu a sua insolvência pessoal?

O Sr. **João Gama Leão**: — O Novo Banco, então!  
Posso-lhe explicar esse episódio, se me permite?

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Desculpe?

O Sr. **João Gama Leão**: — Posso-lhe explicar esse episódio da minha insolvência pessoal?

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Eu até lhe peço mais: quando eu fizer uma pergunta, explique tudo o que tiver sobre essa matéria que nós agradecemos.

O Sr. **João Gama Leão**: — Muito obrigado.

Então, o Novo Banco, depois de muitas tentativas de contato, ao contrário do que o Dr. Stock da Cunha disse aqui, ontem, que eles fizeram

várias tentativas de recuperar as grandes dívidas, as tentativas que o Novo Banco fez de recuperar a minha dívida foram «zero», *okay*? Porque mandar cartas para um grupo como o meu, um grande devedor — um grande devedor! —, e não terem a capacidade de se sentar comigo, explicar e tentar encontrar uma solução, é, no mínimo, inédito. Isso é inédito!

Como eu disse há pouco, o meu grupo consegue uma reunião com o Novo Banco, em dezembro de 2014, e sou recebido pelo doutor... Por um administrador que era Vítor Fernandes. Conhecem? Muito bem, o Dr. Vítor Fernandes e o Dr. Daniel Santos, o mesmo dos problemas com a Aleluia. Então, o Novo Banco, em momento algum, se mostrou interessado em conversar sobre a Prebuild. O Novo Banco tinha uma intenção — uma —, que era retomar as Cerâmicas. Essa reunião correu muito mal, correu muito mal, porque o Dr. Vítor Fernandes teve uma postura muito agressiva, muito mal-educada, no sentido de: «ou pagas, ou vais para insolvência, mas tens aqui uma alternativa que é devolver-nos as Cerâmicas».

E eu expliquei a história das Cerâmicas, expliquei a história do meu grupo e disse ao Dr. Vítor Fernandes: «Visite o meu grupo. O meu grupo tem operações em três continentes. O meu grupo é um grupo exportador, tem fábricas, tem gente...» O Dr. Stock da Cunha falou, ontem, que o Novo Banco tinha 9000 empregados. Eu tinha quase 6000 empregados, quase 6000! Não houve interesse nenhum em perceber o meu grupo. O único interesse era recuperar as Cerâmicas.

A seguir passámos à parte da negociação do PER, já eu estava na «UTI». Já o meu grupo estava na «UTI», passámos às negociações do PER. Foram negociações muito difíceis e estava, sempre em cima da mesa, a posição de: «aprovamos o PER se nos derem as Cerâmicas». Esta foi a condição do Novo Banco: «aprovamos o PER se nos derem as Cerâmicas». Está aqui o Dr. Paulo Correia que fez essa negociação com o Novo Banco.

Lá cedemos, depois de uma novela muito triste ,lá acabámos por ceder as Cerâmicas, cedemos as Cerâmicas ao banco, e foi aprovado o PER. Então, meses depois, o Novo Banco, depois de aprovar um PER — à partida, quem aprova um PER está a pensar na recuperação de uma empresa —, o que é que aconteceu? O Novo Banco pediu a minha insolvência pessoal, ou seja, eles sabem que o meu grupo é um grupo jovem, é um grupo que depende de mim, infelizmente — talvez outro dos grandes erros da minha gestão, se quiserem realçar os erros da minha gestão, foi ter um grupo muito centrado em mim — e, então, o banco aprovou um PER e pediu a minha insolvência.

Ou seja, isso, para ser, Sr. Presidente, afirmativo, mais uma vez, eu considere um ato de má-fé. Isso, para mim, foi um ato de má-fé, porque, a partir do momento... Reparem: o pedido de insolvência de um empresário, por um lado, executa os bens do empresário, mas, por outro lado, liberta-o ao final de 4 ou 5 anos — um empresário ao fim de 4 ou 5 anos já não fica a dever nada ao mercado. Isto não era de todo o que eu queria; eu preferia que tivessem mantido o meu nome limpo e me deixassem trabalhar para eu poder fazer alguma coisa, mas não foi essa, de nenhuma maneira, a intenção. A intenção, na altura, foi liquidar-me. Se me quiseram liquidar porque eu, provavelmente, era amigo dos Espírito Santo, se me quiseram liquidar, não sei, por... *whatever*... Não faço a mínima ideia porque me quiseram liquidar, mas o facto é que me liquidaram.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Muito bem.

Diga-me uma coisa: quais foram as consequências práticas da insolvência pessoal? Penhoraram-lhe, até hoje, algum valor de rendimentos, bens, etc.?

Gostava que também abordasse isso.

O Sr. **João Gama Leão**: — Repare, quando cai o banco, o nosso grupo entra numa situação terrível e o meu património — eu era detentor de 90% do grupo Prebuild e o meu irmão detentor de 10% — foi usado, nesse momento, para tentar salvar o grupo, porque para quem é empresário, de verdade, não importa o património que tem. Para quem é empresário de verdade, o que importa é salvar a sua empresa e não esconder dinheiro num *offshore*.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Quanto é que investiu, a título pessoal, no grupo para o salvar?

O Sr. **João Gama Leão**: — Não lhe posso dizer, de memória, mas milhões, com certeza. Vendemos tudo que foi «vendável» para salvar o grupo. E salvar o grupo...

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Mas pode não saber o valor preciso — eu não quero ao cêntimo —, mas há de ter uma ideia de valores.

O Sr. **João Gama Leão**: — Não sei, eu diria que, no mínimo, uns cinco milhões de euros. No mínimo.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Cinco milhões de euros era todo o património pessoal que tinham?

O Sr. **João Gama Leão**: — Como eu disse, o meu património eram as empresas, não é. Era o património pessoal.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Diga-me uma coisa: confirma que, a determinada altura, em fontes abertas de informação, por vezes, aparecem notícias de que chegou a ter iates, aviões, Ferraris?

Confirma isso ou é especulação da imprensa, ou dessas fontes abertas?

O Sr. **João Gama Leão**: — Confirmo isso, Sr. Deputado.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — E o que é que aconteceu a esses bens?

O Sr. **João Gama Leão**: — Foram as primeiras coisas que eu vendi. As primeiras coisas que eu vendi foi tudo o que era supérfluo. Vendi, na hora, para tentar salvar as empresas. Diga-se, também, que eu já tinha essas coisas antes, sequer, de trabalhar com o Grupo Espírito Santo.

Acabei de contar a minha história e, portanto, muito antes de eu começar a trabalhar com o Grupo Espírito Santo, já tinha esse património.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — E dos cinco milhões que injetaram no grupo, o produto da venda desses bens estão dentro destes cinco milhões, ou é extra, a esses cinco milhões?

O Sr. **João Gama Leão**: — Estão dentro desse património, desses bens e está registado nas contas da empresa, não é fantasia. Está nas contas da empresa.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Estes, sim, estão registados, eventualmente, suprimentos ou alguma coisa do género, mas esses bens eram detidos a título pessoal, é isso?

O Sr. **João Gama Leão**: — Sim, meus e do meu irmão.

Não, não, peço desculpa — alguns desses bens também eram das empresas.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Pode detalhar, já agora, que bens é que foram...

O Sr. **João Gama Leão**: — Sr. Deputado, que bens é que...

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Se tivermos um Ferrari, nunca nos esquecemos, não é, imagino eu. Portanto, dentro desses bens, mais...

O Sr. **João Gama Leão**: — Olhe, Sr. Deputado, eu sei que essa história de carros produz *headlines*...

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Eu não sei se produz *headlines*. Eu estou a tentar perceber é a diferença entre a empresa, os bens, o património e uma dívida que existe ao Novo Banco de 305 milhões de euros.

O Sr. **João Gama Leão**: — Sim, mas eu sei que produz *headlines*. Eu quando regresso a Portugal, os «velhos do Restelo» diziam-me sempre: «João, não ostentes». Essa era a grande política...

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Até lhe chamavam o «Sr. Angola», acho eu...

O Sr. **João Gama Leão**: — Quem?

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Chamavam-lhe o «Sr. Angola», acho eu, na imprensa ou nessas fontes abertas.

O Sr. **João Gama Leão**: — Essas fontes abertas, cuidado — é a primeira vez que ouvi falar que era chamado de «Sr. Angola», mas, então, os «velhos do Restelo» diziam: «Não ostentes!» E esses mesmos velhos do Restelo, que diziam «não ostentes!» — e eu não sou pessoa de ostentação — eram os mesmos que guardavam dinheiro na Suíça e depois andavam de carro fraco em Portugal.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Mas não estamos a falar dessas pessoas, estamos a falar de si.

O Sr. Dr. **João Gama Leão**: — Muito bem, é disso que estou a falar. Estou a falar de mim. Estou a falar de mim e do facto de eu ter trabalhado e de eu ter corrido imensos...

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Sabe, eu sinto um peso muito grande dentro de si. Eu já percebi que tem aí essa memória dos seus anos, etc., mas eu gostava que fossemos mais objetivos e mais diretos na resposta às perguntas em vez de ter esse ar pesaroso. Compreendo que para si possa ser um peso, não ponho isso em causa, nem sequer questiono, mas gostava que fosse mais objetivo quanto às respostas que lhe pedi.

O Sr. Dr. **João Gama Leão**: — Muito bem. Objetivo em qual parte? Diga, por favor.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Nomeadamente, nesta pergunta que lhe fiz de que bens é que tinha, o que é que estava nas empresas, o que é que estava detido a título pessoal e o que é que vendeu.



O Sr. Dr. **João Gama Leão**: — É assim, normalmente estava tudo dentro das empresas. A minha propriedade e mesmo produtos que não fossem diretos da atividade pertenciam diretamente às empresas.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — E o iate também pertencia à empresa.

O Sr. Dr. **João Gama Leão**: — Não tive um iate.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Não teve um iate?

O Sr. Dr. **João Gama Leão**: — Tive um barco.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Um barquinho, talvez. Não era um iate, era um barquinho...

Pode-me dizer qual é a sua profissão atual?

O Sr. Dr. **João Gama Leão**: — A minha profissão é... Eu sou gestor, não é? Essa é a minha profissão.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Mas já não gere.

O Sr. Dr. **João Gama Leão**: — Quer que lhe diga qual a minha atividade hoje?

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Foi a minha pergunta.

O Sr. Dr. **João Gama Leão**: — A minha atividade hoje, recente, eu fui contratado por um investidor americano para investir na Europa.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Pode detalhar isso, por favor?

O Sr. Dr. **João Gama Leão**: — Qual parte é que quer que detalhe?

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Foi contratado por um investidor, mas para quê? Para trabalhar no setor da saúde, da construção, das energias renováveis?... Nós não conseguimos adivinhar, é só por isso.

O Sr. Dr. **João Gama Leão**: — Está bem, eu sei que não consegue adivinhar.

O objetivo desse investidor americano é aproveitar a capacidade da mão de obra portuguesa para conseguir internacionalizar empresas portuguesas e espanholas.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — E está a morar onde? Em Portugal ou no Brasil?

O Sr. Dr. **João Gama Leão**: — Nem em Portugal nem no Brasil. Eu moro em Madrid.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Mora em Madrid. Há quanto tempo, mais ou menos, é que mora em Madrid?

O Sr. Dr. **João Gama Leão**: — Comecei por regressar a Portugal em 2018 e depois acabei por ficar cá na altura da pandemia e não regressei. Entretanto, este investidor americano, pelo mesmo motivo, ficou preso cá em Portugal, por causa da pandemia, e foi aí que nos conhecemos e que comecei a trabalhar com ele. Aliás, tem três meses o meu trabalho com ele.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — E este investidor americano tem apenas nacionalidade americana?

O Sr. Dr. **João Gama Leão**: — Se a pergunta é se ele é brasileiro ou angolano, não. É americano. Agora, qual é a origem dele, não faço ideia.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — E antes dos últimos três meses em que começou a trabalhar com ele, estava a exercer alguma atividade profissional?

O Sr. Dr. **João Gama Leão**: — Não, Sr. Deputado. Quando o grupo entra em dificuldades, eu tentei durante anos, durante algum tempo, recuperar. Estive na Colômbia, estive no Brasil e depois cheguei a um ponto que tive de parar e fiquei um ano, dois anos, parado.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — E, uma vez que está a trabalhar, tem alguma penhora salarial ou alguma coisa do género?

O Sr. Dr. **João Gama Leão**: — Com certeza, Sr. Deputado.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Em Portugal?

O Sr. Dr. **João Gama Leão**: — Em Portugal.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Antes de voltar a Portugal, em 2018, costumava vir muitas vezes a Portugal?

O Sr. Dr. **João Gama Leão**: — Vinha. Eu tenho filhos em Portugal e vinha visitar os meus filhos.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — E, antes de 2018, estava a exercer alguma atividade profissional?

O Sr. Dr. **João Gama Leão**: — Não. Digamos que eu acho que parei a minha atividade, talvez, em 2016 ou 2017.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — E, durante esse período, entre 2016 e 2018, como é que sobrevivia?

O Sr. Dr. **João Gama Leão**: — Boa pergunta.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Por isso é que a fiz.

*Risos.*

O Sr. Dr. **João Gama Leão**: — Sente-se bem com essa pergunta? É a minha pergunta, porque estão-se a rir. Não sei se eu vim cá para terem informações, ou se é para se rirem da minha cara.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Eu não me ri.

O Sr. Dr. **João Gama Leão**: — Posso-lhe explicar, com certeza, de que é que eu vivi esses anos.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Eu não me ri, deve estar equivocado.

O Sr. Dr. **João Gama Leão**: — Posso-lhe explicar. Não sei se é útil para o processo, mas muito bem!

Infelizmente, os amigos que tinha desapareceram todos — os meus não são tão bons como os de Sócrates! — e, durante anos, estive parado, sem rendimentos e suportado pela minha família. Felizmente, temos uma família unida. Eu também sempre ajudei a minha família e, claro, também contei com a ajuda da minha família. Nomeadamente, nesse período, eu vou para Campo Grande, Mato Grosso do Sul, onde residi até regressar a Portugal, a casa da minha sogra.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Sabe que estas perguntas que nós fazemos, apesar de parecerem um bocadinho intrusivas, têm alguma utilidade para o processo, porque nos permitem perceber.

Repare que nós começámos a nossa conversa, primeiro, pelos hotéis da seguradora pertencente à Sonangol, depois o seu percurso profissional e agora estamos a perceber o que é que aconteceu nos anos seguintes. Portanto, não há nenhuma piada e as perguntas que lhe estamos a fazer são muito objetivas.

Sobre as relações que mantinha em Angola. Como é que são os seus negócios em Angola? Martinho Gama Leão era o seu irmão. De que forma é que o ajudava nesses negócios?

O Sr. Dr. **João Gama Leão**: — O meu irmão sempre foi o meu braço direito.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Na gestão das empresas todas ou apenas de algumas, em particular?

O Sr. Dr. **João Gama Leão**: — De todas.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Jorge Brandão.

O Sr. Dr. **João Gama Leão**: — Mais um. O Jorge Brandão participou, ele é financeiro e digamos que era uma das figuras de topo do meu grupo.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — E era responsável pela área financeira do grupo. É isso?

O Sr. Dr. **João Gama Leão**: — Ele é da área financeira, participava na área financeira em várias empresas, mas cada empresa tinha o seu financeiro.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Pedro David.

O Sr. Dr. **João Gama Leão**: — O Pedro David trabalhou connosco só na Colômbia.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — E como é que correu esse processo da Colômbia?

O Sr. Dr. **João Gama Leão**: — É um processo longo. Acho que é público que nós tivemos muito sucesso na entrada na Colômbia.

Pergunto ao Sr. Deputado se quer uma resposta objetiva, ou se quer que lhe explique com algum detalhe a situação da Colômbia.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — No fundo, como é que começa, como é que acaba e o que é que correu mal.

O Sr. Dr. **João Gama Leão**: — Nós entrámos na Colômbia com bastante força. Nós começámos a construir na Colômbia, fizemos — e está

lá para ver —, talvez, o que hoje é o melhor hotel de Bogotá. Construimos também habitação social, construimos — perdi a memória de quantos — edifícios de escritórios e estávamos também a construir um dos maiores parques industriais da... Da Colômbia, com certeza, mas era muito mais do que isso.

E assim começa o processo na Colômbia. O nosso parceiro principal era o Grupo Santo Domingo e, na altura em que caiu o Banco Espírito Santo, as coisas começaram a correr mal. Começaram a correr mal, mas não por questões de financiamento, porque nós enviámos, já depois da queda do banco, 25 milhões de euros em equipamentos para terminar o nosso parque industrial na Colômbia. Portanto, diria que o parque industrial ficou 70% construído, com parte dos equipamentos.

Depois, pode-se dizer que houve questões reputacionais derivadas à queda do Banco Espírito Santo.

O Banco Espírito Santo, como vocês sabem, fez manchetes em todo o mundo. Na Colômbia, onde o Banco Espírito Santo não tinha operação, talvez por culpa minha, o Banco Espírito Santo era muito associado ao grupo Prebuild, portanto, eles viam o Grupo Espírito Santo com uma ligação muito forte ao Grupo Prebuild. Começámos a ter manchetes, o Grupo Santo Domingo é um grupo cotado em várias Bolsas em todo o mundo e, então, começou a correr mal.

Depois, tive também uma das grandes experiências da minha vida, como empresário. É que o Grupo Santo Domingo, quando decidiu correr comigo da Colômbia, levou 15 dias a derrotar-me, a correr comigo. Porquê? Quem andou pelo mundo perceberá a importância de uma imprensa livre, que não é o que acontece na Colômbia. Na Colômbia, a imprensa pertence, na sua maior parte, ao Grupo Santo Domingo e, então, o Grupo Santo Domingo começou a lançar notícias, todo o tipo de notícias, baseadas na imprensa livre ou, como o Sr. Deputado lhe chamou, nas fontes abertas...

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Fontes abertas, sim. É um termo comum, não é nada de extraordinário.

O Sr. Dr. **João Gama Leão**: — Sim, eu entendi.

O facto é esse: começou a pegar em toda a informação da *internet* e a fazer manchetes. E depois, lá é diferente de Portugal. Nós só temos a CMVM para as empresas cotadas e eles lá têm um género de CMVM para as grandes empresas. Então, recebemos ordem, com base em notícias, de que iria entrar um administrador para gerir o grupo.

Portanto, em 15 dias, fomos eliminados. Que se diga, montes de notícias têm 200 páginas de notícias sobre a Colômbia. Nunca tivemos um processo legal, nunca ninguém nos acusou do que quer que seja. Fomos derrubados na Colômbia, exatamente, com base em notícias.

Diga-se, também, que eu conheci, e ele veio cá, o Presidente Juan Manuel Santos, e eu explicava-lhe que um grupo como o meu, que trabalha em tantas áreas industriais, ao montar um parque industrial daquela natureza, vai criar muitos inimigos. Ao contrário de Portugal, lá a riqueza e o poder económico estão concentrados em meia dúzia de famílias.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Mas foi afastado da gestão da empresa na Colômbia?

O Sr. Dr. **João Gama Leão**: — Eu não estava na gestão direta, mas a nossa equipa de gestão foi... Eu não sei se foi afastada, mas passámos a ter um administrador na gestão da empresa. E, a partir desse momento, passaram à liquidação da empresa.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Manuel Hélder Vieira Dias.



O Sr. Dr. **João Gama Leão**: — Kopelipa?

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Conhecido como «General Kopelipa», exatamente.

O Sr. Dr. **João Gama Leão**: — Mais uma vez, as fontes abertas... Para ser afirmativo, essa foi uma das notícias que foi utilizada na Colômbia para me atacar. Dizer que eu era testa de ferro de um general angolano.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Tem agora uma boa oportunidade para explicar a sua versão da história.

O Sr. Dr. **João Gama Leão**: — A minha versão é muito simples: vi esse senhor duas ou três vezes na vida. E posso explicar-lhe uma das vezes que o vi: visitei Luanda e esse senhor era o Chefe da Casa Militar. Pediu para falar comigo e eu fui à Casa Militar. Aliás, de conversas com esse senhor, esta foi a única vez que falei com ele, a única conversa que tive com ele. Então, a preocupação dele era o BESA e usou-me, na altura, para mandar recados ao Dr. Ricardo Salgado, a dizer que era preciso fazer alguma coisa sobre o BESA.

Portanto, foi a essa a vez que conversei com o General Kopelipa. Mais do que isso, é pura fantasia.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — E em que ano é que isso aconteceu?

O Sr. Dr. **João Gama Leão**: — Não consigo precisar o ano, mas posso dizer-lhe que foi pouco antes de o Álvaro Sobrinho sair da presidência do banco.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — E quais foram as preocupações ou recados que o General Kopelipa lhe encomendou?

O Sr. Dr. **João Gama Leão**: — Era que não conseguiam lidar com o Álvaro Sobrinho. No fundo, resumiam-se a isso.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Mas não conseguiam lidar, porquê?

O Sr. Dr. **João Gama Leão**: — Isso já não sei. Eu sei que...

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Mas certamente que não foi à Casa Civil, estive lá cinco minutos e o General disse-lhe:...

O Sr. Dr. **João Gama Leão**: — Casa Militar, peço desculpa.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Sim, Casa Militar.

Como dizia, certamente, não foi à Casa Militar, estive lá cinco minutos e disseram-lhe: «Temos dificuldades em lidar com o Dr. Álvaro Sobrinho. Pode transmitir isso, se faz favor, ao Dr. Ricardo Salgado?» Não deve ter sido assim, imagino.

O Sr. Dr. **João Gama Leão**: — Na altura, a relação com entre eles, Ricardo Salgado e Álvaro Sobrinho, era muito difícil, não lhe consigo explicar porquê. E eles queriam entender qual era a posição do Ricardo Salgado, nessa altura, sobre o assunto. No fundo, eles achavam, ao contrário do que toda a gente pensa, que o Álvaro Sobrinho era um protegido do Ricardo Salgado, ao contrário do que se achava, que era que o Álvaro Sobrinho era um protegido dos sócios angolanos.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — E, nessa conversa, alguma vez falaram sobre os créditos do BESA?

O Sr. Dr. **João Gama Leão**: — De maneira nenhuma. Nem ele sabia da minha vida empresarial, nem eu sabia da dele.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Eu disse dos créditos do BESA, mas não necessariamente do grupo, ou seja, da concessão de crédito pelo BESA a clientes do BESA.

O Sr. Dr. **João Gama Leão**: — Na altura, circulava em Luanda que havia um autêntico saque ao banco. Era a informação que circulava, toda a gente sabia disso. Aliás eu próprio disse isso ao Dr. Ricardo Salgado.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Que havia um saque ao BESA, em Luanda? E qual foi a resposta que obteve?

O Sr. Dr. **João Gama Leão**: — Do Ricardo Salgado?

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Sim. Resposta ou reação.

O Sr. Dr. **João Gama Leão**: — Não sei se alguém aqui o conheceu, mas a resposta dele foi um *poker face*, ou seja, não reagiu. E, provavelmente, não reagiu, porque veio a saber-se, mais tarde, que ele era um dos saqueadores.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Disse que esteve duas ou três vezes com o General. Quais foram as outras vezes?

O Sr. Dr. **João Gama Leão**: — As outras vezes foi em sítios públicos, em encontros casuais.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Costumava relacionar-se com a elite do poder angolano, tirando o General, outras pessoas, ou nem por isso?

O Sr. Dr. **João Gama Leão**: — Eu passei a minha juventude em Angola. Portanto, com certeza, conhecia muita gente. Mas, de facto, o meu negócio era bastante absorvente, ou seja, eu dedicava-me às minhas empresas.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Falemos de Martinho Gama Leão, Jorge Brandão, Pedro David e Manuel Hélder Vieira Dias.

Estabeleceu, no passado, no presente ou no meio, alguma vez, alguma relação de negócio com estas pessoas, além das funções que o seu irmão ou Jorge Brandão poderiam ter na gestão das empresas ou na parte financeira, portanto, negócios, participações sociais em sociedades ou entidades de qualquer natureza?

O Sr. Dr. **João Gama Leão**: — De qualquer natureza, zero. O Pedro David, como expliquei, foi nosso funcionário na Colômbia. Com o General Kopelipa, zero, nunca passei perto de nenhuma empresa dele, de negócios ou tive qualquer tipo de relação comercial.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Uma das coisas que também aparece nas fontes abertas e que tem aqui a oportunidade de desmentir, se quiser, é que, eventualmente, detém uma procuração emitida pelo seu irmão ou Jorge

Brandão para gerir empresas, desde logo, em Angola. Isto é verdade? É falso?

O Sr. Dr. **João Gama Leão**: — Eu tenho procuração... Não percebi.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Para gerir empresas, em Angola. O seu irmão tem alguma empresa, em Angola?

O Sr. Dr. **João Gama Leão**: — O meu irmão, depois disto, regressou a Angola, vive em Angola, e de certeza que tem de trabalhar para sustentar a filha que tem. Não tenho qualquer empresa, com qualquer fonte de rendimento, que não esteja devidamente declarada. Nem em Angola, nem na Colômbia, nem em nenhum paraíso fiscal, nem nenhuma fundação. Não tenho nada.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — E alguma vez teve?

O Sr. Dr. **João Gama Leão**: — Não. Tenho aqui uma grande testemunha. Sempre achei que as *offshore*, ainda que legais, eram um bom sítio para sujar o nome, independentemente de serem legais, ou não. Então, nunca, de maneira nenhuma, aceitei envolver-me com uma coisa que estivesse fora de uma jurisdição credível. Então, para mim, *offshore* é um bom sítio para gente menos séria.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Portanto, entendo eu que jurisdição credível são países que não tenham *offshore*. É isso?

O Sr. Dr. **João Gama Leão**: — Sim, podemos resumir a isso.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — É curioso que diga isso.

Vou dizer alguns nomes, para ver se me pode ajudar: Brikko Holdings Limited. Diz-lhe alguma coisa?

O Sr. Dr. **João Gama Leão**: — Nunca ouvi falar.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Acho muito difícil. Isto consta de *disclosure* de informação sobre *offshore*, neste caso, parqueadas em Malta, em que o Dr. João Manuel Gama Leão aparece como sócio da Brikko Holdings Limited. Não lhe diz nada?

O Sr. Dr. **João Gama Leão**: — Volto a afirmar: não tenho qualquer empresa *offshore*. Se encontrar alguma ligação minha ou das minhas empresas ou ex-empresas com ligações a *offshore*, posso garantir que é absolutamente mentira.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — É a sua palavra contra a informação que se encontra disponível em fontes abertas e do conhecimento público.

O Sr. Dr. **João Gama Leão**: — É a minha palavra não; são factos! É um princípio que eu sempre tive. Portanto, se encontrar qualquer ligação à minha pessoa em alguma *offshore*, por favor diga-me, que acabo de cometer um crime.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — O senhor disse que não teve, nem tem. É isso?

O Sr. Dr. **João Gama Leão**: — Nunca tive, nem tenho.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Portanto, Brikko Holdings Limited não lhe pertence.

O Sr. Dr. **João Gama Leão**: — Não pertence. Nunca ouvi esse nome.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — E Brikko Trading Limited, também não?

O Sr. Dr. **João Gama Leão**: — Não.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Conhece a sociedade Legomix Holding Limited?

O Sr. Dr. **João Gama Leão**: — Não. E não esqueço nomes de empresas, porque normalmente sou eu que os atribuo.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Portanto, aquilo que aqui diz, perentoriamente, é que não teve, nem tem, qualquer ligação a empresas ou entidades ligadas ou parqueadas em *offshore*, nomeadamente estas, em Malta?

O Sr. Dr. **João Gama Leão**: — Deixe-me ser mais claro: não tenho, nunca tive, nem tenho ninguém da minha família, nem da minha empregada, nem do canário... Ninguém. Zero! Isso é uma afirmação clara.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Compreendo isso tudo que diz.

Por acaso, também aparece aqui o seu irmão, Martinho Gama Leão, também com empresas, em Malta. Mas, eventualmente, imagino que,

quando diz que a família não tem, pode haver, até um certo ponto, e já não sabe, não é?

O Sr. Dr. **João Gama Leão**: — A mesma afirmação que faço em relação a mim, faço em relação ao meu irmão.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Perentoriamente.

O Sr. Dr. **João Gama Leão**: — Perentoriamente.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Muito bem. Também está em fontes abertas, é do domínio público, é facilmente confirmável o que acabei de dizer.

Paulo Rafael da Silva Botelho Calvinho, diz-lhe alguma coisa?

O Sr. Dr. **João Gama Leão**: — Sim, trabalhou comigo.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Pode aprofundar essa relação?

O Sr. Dr. **João Gama Leão**: — O Paulo Calvinho foi funcionário do Grupo Prebuild e detinha... Ele é arquiteto. O Paulo Calvinho vem através de uma empresa, a WKK, que era uma empresa de arquitetura. Essa empresa foi adquirida por nós e, depois, o Paulo Calvinho entrou nos quadros da empresa. A função do Paulo Calvinho era... Ele estava responsável pelo Médio Oriente.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — João Manuel Moura Rodrigues, diz-lhe alguma coisa?



O Sr. Dr. **João Gama Leão**: — O João Moura é Deputado, aqui, na Assembleia da República. Também foi meu funcionário, há seis ou sete anos.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — E Luís Filipe de Jesus Ferreira?

O Sr. Dr. **João Gama Leão**: — O Luís Ferreira era, digamos, o nosso engenheiro sénior.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — A Legomix tem como acionistas todas estas pessoas que referi, inclusivamente o seu irmão. Tem ou teve.

O Sr. Dr. **João Gama Leão**: — O meu irmão não terá, de certeza. Essas pessoas, poderá ter. A mim não tem de certeza, nem a nenhuma das minhas empresas.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Muito bem. Sobre *offshore*, acho que estamos entendidos.

Referiu que, a partir de determinada altura, começou a ter problemas nas empresas. Em 2013, em documentos internos do Novo Banco, que não tem obrigação de conhecer, porque eram documentos internos, é analisado o *rating* das empresas. Em 2013, o *rating* das empresas já era relativamente mau. Portanto, nós começamos com B-, em 2010 — pelo menos, é esta a informação a que aqui temos acesso —, que, em 2011 e em 2012, ainda se mantém, mas, em 2013, a coisa piora.

A determinada altura, algumas das coisas que são ditas nesta análise de *rating* é a dificuldade... Houve aqui reservas por parte do próprio revisor oficial de contas (ROC) em relação às contas, pela dificuldade no acesso a certas informações, indiciando, de alguma forma, que poderia haver aqui uma espécie de contabilidade criativa ou a alteração de determinados

pressupostos, com vista a reduzir passivo ou a espelhar uma melhor imagem do grupo ou das empresas e, inclusivamente, aumentos de capital de 50 milhões de euros, a que o revisor oficial de contas levanta algumas reservas.

Consegue explicar-nos o que é que estava envolvido nestas questões, sobre as reservas do revisor, em 2013?

O Sr. Dr. **João Gama Leão**: — Do revisor das contas...

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Das empresas do Grupo Prebuild.

O Sr. Dr. **João Gama Leão**: — Não me recordo de nenhuma reserva do revisor. Não me recordo.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Na certificação legal de contas consolidadas da Prebuild, SGPS, S.A., relativa ao exercício de 2013, são apontados vários problemas, dizendo o revisor oficial de contas o seguinte: «Até à presente data, não obtivemos informações que nos permitam concluir quanto à razoabilidade e valor da realização de determinados montantes...», «não obtivemos informação que nos permita analisar a cotação dos inventários, dos inventários, de reinvestimentos...»; «alterou o tratamento contabilístico adotado em anos anteriores do contrato de locação financeira das suas instalações...».

Depois, é explicado qual era, eventualmente, o propósito disso, dizendo que: «Não é possível concluir sobre a razoabilidade da inclusão no capital próprio do tal aumento de capital de 50 milhões de euros, registado em 2012».

Não se recorda disto?

O Sr. Dr. **João Gama Leão**: — Repare, passaram sete, oito anos. Não me recordo de reserva nenhuma dos auditores. Mas, com certeza, o meu grupo foi sofrendo uma série de transformações. Não me parece descabido com tantas transformações haver um comentário de um auditor sobre as nossas contas, aliás, isso só mostra que as nossas contas declaravam aquilo que deviam declarar e é um facto, se o auditor tinha dúvidas, não sei se tem a declaração do ano a seguir, mas com certeza que foi nossa preocupação esclarecer as dúvidas do auditor.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Mas isso são as reservas que ficaram nos relatórios.

Concluindo, pergunto-lhe se concorda com a seguinte afirmação que vou fazer: a falência do BES ou a resolução do BES e os problemas do BES, tendo fechado a torneira ao grupo, levaram a que o grupo colapsasse, porque ele estava essencialmente assente em créditos, sobre créditos, sobre créditos.

O Sr. Dr. **João Gama Leão**: — Discordo em absoluto!

O meu grupo estava assente em empresas, em vários pontos estratégicos dedicadas ao negócio industrial e à exportação — aliás, mais do que a exportação era a internacionalização das nossas empresas.

O crédito faz parte do negócio, tínhamos de fazer isso. O grupo não cai por estar demasiado alavancado. É minha convicção absoluta que se a transição do BES para o Novo Banco fosse feita com mais, diria, tranquilidade, nós teríamos tido a capacidade de nos reinventarmos e de adaptarmos o grupo às novas circunstâncias.

Dizer que um grupo com tanto dinamismo como o meu, caiu porque estava suportado no BES... É um facto que estávamos suportados no BES, mas não é por isso que o grupo cai, aliás as empresas começaram a cair uma

a uma meses e meses depois de o BES cair. As empresas caem, porque não tivemos a oportunidade de nos reinventarmos, mas não foi uma coisa única.

Eu tenho a oportunidade de estar aqui e explicar o que se passou comigo, mas dezenas e centenas de empresas passaram a mesma coisa. Não sei se os Srs. Deputados têm esta noção: um banco para derrubar uma empresa basta não lhe atender o telefone. A fragilidade do nosso sistema é essa: basta, repito, um banco não atender o telefone a um empresário que esteja com alguma dinâmica que as empresas caem. Caiu a minha, como cairiam talvez as maiores deste País, cairiam da mesma forma se não tivessem oportunidade de negociar a situação fosse ela qual fosse. Eu não tive essa oportunidade.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Porque estava dependente do crédito, julgo que era isso.

O Sr. Dr. **João Gama Leão**: — Não, Sr. Deputado, qualquer empresa estava dependente do crédito como o Novo Banco está hoje, aliás, o Novo banco hoje está dependente do crédito e do dinheiro público.

A minha empresa estava dependente da sua expansão e o crédito era uma ferramenta para essa expansão, agora não me parece correto de maneira nenhuma, explicar, simplificar, que nos caímos pela dependência de crédito. Fizemos muito, trabalhamos muito, dedicámo-nos muito à nossa empresa para nos simplificarem dessa maneira.

O Sr. **Presidente**: — Sr.<sup>a</sup> Deputada Mariana Mortágua, tem a palavra.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Sr. Dr. Gama Leão, chegou a Portugal em 2008/2009 e fez um vasto conjunto de aquisições em inúmeras

empresas muitas delas em péssima situação financeira. De onde é que vinha a sua capacidade de investimento quando chegou a Portugal?

O Sr. Dr. **João Gama Leão**: — Já tive oportunidade de explicar e explico novamente, com muito gosto: eu comecei uma empresa do zero, primeiro dedicada à construção de obra pública e comecei escola a escola.

Sr.<sup>a</sup> Deputada, para ter a noção, a primeira obra que eu ganhei foi construir 10 casas, 10 casas pré-fabricadas, e, pouco a pouco, fui aumentando a minha capacidade financeira.

Durante 10 anos dediquei a minha capacidade e a capacidade das empresas a fazer obras difíceis,... Digamos que se pudesse resumir, diria que a minha capacidade financeira vem de ir buscar os negócios que mais ninguém queria.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — A totalidade da sua capacidade financeira quando entrou no mercado português era de Angola e da atividade em Angola?

O Sr. Dr. **João Gama Leão**: — Com muito gosto.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — E vem toda do setor da construção?

O Sr. Dr. **João Gama Leão**: — Depois começámos a derivar para outras áreas, mas, sim, sempre muito focados no negócio da construção e mais tarde é que derivo para a indústria.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Nós não temos acesso às contas da atividade em Angola, até porque, além das reservas e ênfases nos

relatórios e contas da atividade em Portugal, nunca foram entregues ao BES, na altura, as contas da atividade em Angola com auditorias, contas certificadas... Portanto. nós não temos qualquer acesso à informação financeira. Havia enormes falhas de informação nos processos de atribuição de crédito e as contas de Angola era uma delas, o banco nunca teve acesso a essas informações.

Mas numa entrevista ao *Jornal de Negócios* o Sr. Doutor disse que tinha um sócio em Angola, disse não ia mencionar a sua quota, que não ia mencionar a sua participação, pelo que eu gostava de lhe perguntar quem era esse sócio que tinha em Angola.

O Sr. Dr. **João Gama Leão**: — Eu tive um sócio no início da minha vida, mas nunca na Prebuild.

Tive um sócio na construção, éramos os dois uns jovens na altura, o Cláudio Santos. Foi o meu sócio quando iniciei a construção da obra pública, quando fundei a Prebuild, foi, exatamente, porque me separei desse sócio e decidi fundar a Prebuild sozinho.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Nunca teve nenhum sócio na Prebuild ou empresas associadas ou relacionadas com a Prebuild?

O Sr. Dr. **João Gama Leão**: — Quando criei a Prebuild eu tinha uma dificuldade, que era uma dificuldade que muitos empresários portugueses sentiam nessa altura quando iam para Angola, agora não sei como funciona, mas que era a residência, ou seja, sem cartão de residente não conseguia criar uma empresa em Angola.

Eu, na altura, ainda não tinha cartão de residente, era residente em Angola mas ainda não tinha o cartão, porque era muito difícil obter, pelo que

na altura criei a Prebuild em nome desse jovem angolano e, em paralelo, ele passou-me a titularidade da empresa.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Mas alguma vez teve outro sócio nos seus negócios?

O Sr. Dr. **João Gama Leão**: — Não. A Prebuild teve-me a mim e ao meu irmão com 10%. Exclusivamente.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Portanto, nesta referência ao *Jornal de Negócios* quando diz que tinha outro sócio em Angola cuja identidade não queria mencionar, a quem é que se estava a referir?

O Sr. Dr. **João Gama Leão**: — Eu não me lembro dessa entrevista, mas do que me lembro é da minha história e posso garantir-lhe que na Prebuild nunca tive outro sócio.

Atribuíram-me muitos sócios nas fontes de informação abertas, muitos sócios, eu fui sócio desde o Presidente à filha do Presidente, todo o tipo de informações eu vi na *internet*, mas o facto é que o meu único sócio foi o meu irmão.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Além da construção é verdadeira a informação que abriu um escritório no Katar no edifício do Banco Espírito Santo?

O Sr. Dr. **João Gama Leão**: — Um escritório no Katar no edifício do Banco Espírito Santo? Não!

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — E alguma vez teve alguma atividade no Katar?

O Sr. Dr. **João Gama Leão**: — No Katar não me recordo, no Koweit sim. Eu sei que o Médio Oriente, nomeadamente o Dubai, foi usado pela rede BESA/BES para tirarem dinheiro tanto de Portugal como de Angola, mas esse não foi o meu caso, de certeza, Sr.<sup>a</sup> Deputada.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — O Sr. Doutor tem uma estratégia que é sempre que lhe fazemos uma pergunta antecipa aquilo que pode ser um argumento para garantir que não foi. Já percebi que essa é a estratégia para a qual se preparou.

Interessa-me pouco a sua estratégia, interessa-me mais que responda às perguntas e o que lhe perguntei foi se abriu um escritório no Katar. Disse-me que no Katar não se lembrava, que no Dubai talvez, que «eu sei que estão a pensar isto, mas eu não fiz isto...», mas não me respondeu à minha pergunta: abriu ou não um escritório no Katar?

O Sr. Dr. **João Gama Leão**: — A Sr.<sup>a</sup> Deputada já descobriu a minha estratégia, eu vou tentar descobrir a sua.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Fazer perguntas e ouvir respostas!

O Sr. Dr. **João Gama Leão**: — Mas a Sr.<sup>a</sup> Deputada, com certeza, está mais habituada a este ambiente do que eu.

A minha resposta é simples: nunca tive nenhum escritório no edifício do Banco Espírito Santo no Katar.



E se tive alguma coisa no Katar ou no Koweit foi ligada à produção, nunca ligada a escritórios de fachada.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — O que eu lhe estou a perguntar é se teve algum empreendimento, alguma atividade, no Katar. Consegue dizer-me isso?

O Sr. Dr. **João Gama Leão**: — Não. É assim: do que me lembro tentei muitas coisas no Médio Oriente. Tentei! Faturar no Médio Oriente, acho que... acho não; foi zero! Nunca consegui... O tal Paulo Calvinho que era o nosso representante nesses mercados, nunca teve qualquer sucesso comercial nesse território.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — E alguma vez este envolvido com entidades ligadas à comercialização de diamantes?

O Sr. Dr. **João Gama Leão**: — Essa também é de fonte aberta. Eu comprei um ou dois diamantes pequeninos para pedir a minha esposa em casamento.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Isso interessa-me muito pouco, sinceramente.

Queria voltar ao seu sócio Cláudio Santos, que referiu no início deste processo, e queria que me confirmasse se é o filho do Presidente da Assembleia Nacional de Angola, pelo que está, de certa forma, ligado ao regime do MPLA em Angola.

O Sr. Dr. **João Gama Leão**: — Se perguntar se *a*, *b* ou *c*, estão ligados ao regime angolano eu acho que todos estão. O Sr. Cláudio Santos é filho do

Fernando da Piedade Dias dos Santos, que era o Presidente da Assembleia Nacional de Angola.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — E como é que se travou esse conhecimento com Cláudio Santos?

O Sr. Dr. **João Gama Leão**: — Eu era um jovem a tentar um negócio de sonho em Angola e ele tinha estudado em Portugal e tinha o mesmo objetivo.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — E a sua relação com Cláudio Santos, já disse que não tem outro sócio, terminou quando a Predbuild foi constituída?

O Sr. Dr. **João Gama Leão**: — Exatamente.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Voltou a ter relação com...

O Sr. Dr. **João Gama Leão**: — Tenho hoje uma relação litigiosa com ele.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Por conta de negócios?

O Sr. Dr. **João Gama Leão**: — Sim, por conta de negócios.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Qual foi o negócio que originou o litígio?

O Sr. Dr. **João Gama Leão**: — Quer mesmo que lhe conte?

A Sr.<sup>a</sup> Deputada já ouviu falar no 24/20? Para que conheçam: os banqueiros disseram que a gestão muitas vezes debaixo de ameaça e de risco... Eles não fazem ideia do que é ameaça e do que é risco quando se outra noutro países, nomeadamente em Angola.

Então, o 24/20 é uma teoria, é um modo de os poderosos angolanos correrem com os empresários portugueses. E 24/20 quer dizer que têm 24 horas e 20 kg de roupa para se irem embora. É esse o significado do 24/20!

Portanto, não sei se a nova presidência de Angola vai continuar a proteger estas elites, mas na anterior presidência era isso a que um empresário português estava sujeito em Angola.

É óbvio que os empresários falam pouco nisto, porque têm interesses a defender e até têm interesse em defender a própria vida, mas a verdade é que se fica sujeito a isso.

Então, o Sr. Cláudio Santos, filho do Presidente da Assembleia Nacional de Angola, que, por acaso, é parente também da hoje Primeira Dama de Angola, Ana Dias dos Santos, deu-me um 24/20. E o 24/20 é ficar com todas as empresas em Angola por aquele motivo que expliquei há pouco, que as minhas empresas foram constituídas em nome dele e, pronto... As empresas foram constituídas em nome dele, porque eu não tinha o cartão de residente. Quando eu obtive o cartão de residente em Angola, tentei recuperar as empresas e durante anos ele foi empurrando o assunto e, a determinada altura, deu-me o chamado 24/20. Não sei se...

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Tenho duas dúvidas que era importante esclarecer.

A primeira das dúvidas é se essas são as mesmas empresas que depois vieram a ser suas, portanto, se as recuperou, ou se constituiu outras.

O Sr. Dr. **João Gama Leão**: — Não. Na altura, tentei constituir outras, mas isso tem pouco tempo. Isso também é uma novidade em Angola, que Angola agora tem Procuradoria, tem uma tentativa de mudar o sistema judicial. E, portanto, esse é um assunto que está em tribunal, imagino que sairá este ano, ainda, para uma decisão de um juiz. Mas tivemos oportunidade de levar o assunto para tribunal. Então, eu levo um 24/20, mas tive oportunidade de levar o assunto para tribunal, aliás, noutra altura nem essa oportunidade teria.

E só para acrescentar — peço desculpa — esse Cláudio Santos não me fez isso só a mim. Há montes de empresas e montes de outras elites angolanas que fizeram isso: aproveitaram-se da falta de cartão de residência dos portugueses... Como está muito na atualidade a exploração de mão de obra emigrante.

Na altura, em Angola, isso acontecia todos os dias a empresários portugueses: chegavam lá, não conseguiam a legalização, ou conseguiam dar entrada do processo, mas não estão totalmente legais, e, posteriormente, são sujeitos a todo o tipo de chantagem. Essa chantagem é tão grande que até têm um nome para isso: é o 24/20.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Sim, mas acabou de dizer-me que a sua atividade tinha sido em Angola. Portanto, presumo que tenha constituído empresas em Angola. E agora está a dizer-me que as empresas que constituiu em Angola ficaram na posse deste Cláudio dos Santos. Não consigo perceber.

O Sr. Dr. **João Gama Leão**: — Sr.<sup>a</sup> Deputada, não vou a Angola há uns seis ou sete anos. E, portanto, a partir desse momento, perdi a atividade em Angola, fui tentando manter a operacionalidade.

O Sr. Cláudio Santos, numa primeira fase, permitiu-me manter a operacionalidade e, a determinada altura, assumiu de facto, e posso dizer-lhe — não é bem o que gostava de dizer aqui hoje — que até com força armada. Não são as Forças Armadas; é força armada, ele chegou a invadir as instalações da empresa com recurso a... Bem, não sei se conhecem isto, mas em Angola quando querem fazer algum trabalho sujo recorrem a zairenses. E, portanto, chegou a invadir a empresa com 12, 13 zairenses armados... Isto está nos processos em tribunal.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Desculpe, mas estamos a falar de que empresa ou de que empresas?

O Sr. Dr. **João Gama Leão**: — Era o grupo de empresas.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Então, há aqui qualquer coisa que não bate muito certo.

O Dr. Gama Leão quando vai para Angola faz uma parceria com Cláudio Santos para ser ele o dono das empresas, porque não tem residência. O Dr. Cláudio Santos apropria-se das empresas e nunca lhas devolve, até hoje.

O Sr. Dr. **João Gama Leão**: — Há aí uma falha, talvez.

Quando vou para Angola, crio com esse Cláudio Santos uma empresa de construção, que é essa que é dedicada aos pré-fabricados. Quando me separo do Cláudio Santos aí é que crio a Prebuild. Portanto, a Prebuild é criada depois, quando me separo desse Cláudio Santos, que criei em nome dele, exatamente pelo motivo que já expliquei.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Mas a Prebuild criou em nome dele ou em seu nome?

O Sr. Dr. **João Gama Leão**: — Já expliquei isso: criei em nome dele e ele passou...

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Sou só eu que não estou a perceber?!

O Sr. Dr. **João Gama Leão**: — Posso explicar outra vez.

A empresa é criada em nome dele, por falta do meu cartão de residente, e ele passa-me documentos de gestão, passa-me uma procuração, declara nas atas da empresa que eu sou representante legal da empresa e, posteriormente, ele veio a Portugal, a determinada altura, e disse: «vou-te retirar esta documentação».

Portanto, a partir daí começou todo um processo difícil.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Portanto, o grupo em Angola nunca foi seu? Oficialmente nunca lhe pertenceu?

O Sr. Dr. **João Gama Leão**: — Depende do que considera oficial, porque as empresas... Há uma ata da empresa a passar as empresas para meu nome, há documentos internos da empresa, reconhecidos em notário, passados para o meu nome, por isso, depende do que é que considera meu...

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Estou a falar do ponto de vista legal, porque se foi para tribunal com ele para reaver as empresas, presumo que elas não fossem suas...

O Sr. Dr. **João Gama Leão**: — Acho exatamente ao contrário, é porque acho que elas eram minhas, e por isso é que fui para tribunal.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Sim, mas suas legalmente.

Se tivesse direito a elas não tinha de ir para tribunal para as reclamar.

Se foi, é porque não tinha direito a elas, porque havia um contrato legal em nome de...

O Sr. Dr. **João Gama Leão**: — É esse o seu princípio dos tribunais? Não. É porque eu achava que eram minhas, tinha documentos internos a dizer que eram minhas, tinha documentos assinados em notário a dizer que eram minhas e o Sr. Cláudio, mesmo assim, achou que poderia controlar.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Quando é que as empresas passaram para seu nome em ata, depois desse processo inicial?

O Sr. Dr. **João Gama Leão**: — Isso foi mal obtive o cartão de residente. Portanto, deveríamos estar em 2008, 2009.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Até 2009, enquanto o Sr. Cláudio Santos era, enfim, o dono legal — para todos os efeitos — das empresas, os lucros da empresa serviam quem?

O Sr. Dr. **João Gama Leão**: — Ele não tinha... Durante esse período ele não tinha nada que ver com a gestão.

Bem, para tentar explicar melhor: o Sr. Cláudio Santos, quando nos separámos, criou um grupo de empresas, associou-se a outros portugueses, montou lá uma fábrica de água e eu segui aquilo que era o meu negócio, que

era a construção. E comecei, com essa documentação, a criar... Foi aí que eu criei a Prebuild e é aí que eu ganho a construção dos hotéis.

Depois, entretanto, o Sr. Cláudio Santos tem problemas com a fábrica dele, teve problemas com os sócios portugueses, a mesma coisa, o 24/20, e quando tem dificuldades nas empresas, decide que teria de atacar o meu grupo.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Sim. A pergunta é se, no período em que o Sr. Cláudio Santos era dono legal da sua empresa, teve acesso aos lucros.

O Sr. Dr. **João Gama Leão**: — Ele? Não.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Então, o que é que ele recebia em troca do serviço de dar o seu nome para constituir uma empresa?

O Sr. Dr. **João Gama Leão**: — Não recebia nada. O Sr. Cláudio foi meu parceiro numa pequena empresa que criámos do zero e fez-me o favor, na altura, pela amizade que tínhamos, de constituir a empresa em meu nome e de passá-la, posteriormente, para mim.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — E nunca recebeu nada em troca por esse serviço, digamos assim?

O Sr. Dr. **João Gama Leão**: — Não.

Não foi um serviço foi um favor.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Muito bem.



Em 2009, disse-nos aqui que não tinha dívidas ao BES, não tinha sequer atividade em Portugal, mas já tinha dívidas ao BESA nesse momento?

O Sr. Dr. **João Gama Leão**: — Teria, é possível que tivesse. Mas o nosso grupo em Angola chegou a faturar 30, 40 milhões por mês, portanto, obviamente tinha dívidas e obviamente tinha uma operação que pagava as dívidas.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Mas sabe dizer-me qual era a ordem da dívida ao BESA?

O Sr. Dr. **João Gama Leão**: — Não, não tenho essa memória.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — E sabe dizer-me quem era a pessoa de contacto no BESA com quem...?

O Sr. Dr. **João Gama Leão**: — Lembro-me perfeitamente, chamava-se João Paulo Amaral.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Era administrador ou era diretor?

O Sr. Dr. **João Gama Leão**: — Não. Como eu disse, tanto em Portugal como em Angola... Em Portugal comecei no centro de Oeiras e em Angola comecei como qualquer outro empresário, com o João Paulo Amaral, que era um quadro do BES, na altura.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — E qual é a dívida que ficou ao BESA agora, neste processo de insolvência?

O Sr. Dr. **João Gama Leão**: — Acho que ainda é quadro do Novo Banco um senhor que depois acabou por ser presidente do... Ele foi presidente, na altura, do BESA, que é... Escapou-me o nome... Alguém se lembra? A seguir ao Álvaro Sobrinho? Ah, Rui Guerra. Rui Guerra.

Na altura, entrou o Rui Guerra, substituiu o Álvaro Sobrinho e é mais ou menos nessa altura — portanto, se calhar, é mais fácil localizar-me com as datas nessa altura —, nessa tomada de posse do Rui Guerra, que se dá este litígio com o Cláudio Santos e, depois, foi, digamos, na altura, esse quadro do BES que eu conhecia em Angola que chegou a intermediar os problemas, porque, obviamente, queria a normalidade da operação, e chegou a intermediar esses problemas com esse Sr. Cláudio Santos.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — A minha pergunta é quanto é que deve ao BESA.

O Sr. Dr. **João Gama Leão**: — Não lhe consigo precisar.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Peço desculpa, não tem... Deve saber qual é a sua dívida ao BESA neste momento...

O Sr. Dr. **João Gama Leão**: — Sr.<sup>a</sup> Deputada, lá eram várias empresas. Se me pergunta... Já lhe expliquei que tínhamos uma operação ativa com um grande movimento. Não lhe consigo precisar qual era a dívida.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Sabe precisar a ordem de grandeza dessa dívida?

O Sr. Dr. **João Gama Leão**: — No fundo, a nossa operação no BESA, como a de cá, tinha que ver com a exportação. Nós... quando falamos da nossa

dívida cá, é praticamente a mesma coisa, porque queríamos importar e, para importar eram precisas cartas de crédito e, então, era mais ou menos esse o nosso movimento, era fazer cartas de crédito lá e, com a exportação, receber o dinheiro cá.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Sim, mas isso não me diz nada sobre a ordem de grandeza da dívida.

O Sr. Dr. **João Gama Leão**: — Sim, já me perguntou isso. Se quiser, posteriormente, poderei mandar-lhe essa informação.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — O que lhe pergunto é se estamos a falar de 50 milhões, de 500 milhões, de 1500 milhões...

O Sr. Dr. **João Gama Leão**: — Não, não é dessa ordem de grandeza. É na ordem de grandeza de dezenas de milhões, com certeza, mas com certeza que não é para esse tipo de grandeza.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Qual é o processo de recuperação dessa dívida em curso em Angola, neste momento?

O Sr. Dr. **João Gama Leão**: — Não tenho.

É que, como sabe, na altura, o BES era substituído pelo Banco Económico e esse tal Dias dos Santos assumiu o controlo de algumas instalações e o controlo da empresa.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — As empresas de Angola foram controladas por quem, desculpe?

O Sr. Dr. **João Gama Leão**: — Voltando atrás, as empresas de Angola, pelos motivos que já lhe expliquei...

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Cláudio dos Santos.

O Sr. Dr. **João Gama Leão**: — Exatamente.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — É ele que assume as empresas, já depois de o grupo ter falido?

O Sr. Dr. **João Gama Leão**: — É exatamente nessa fase que ele assume as empresas. Até lá, tínhamos uma situação litigiosa, mas fomos conversando, fomos adiando o problema...

Nessa altura é que se dá a tal invasão de que falei e o Sr. Cláudio Santos assume as instalações e as empresas.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Portanto, está a dizer-me que não tem dívidas em Angola.

O Sr. Dr. **João Gama Leão**: — Todas as dívidas das empresas, tanto lá, como cá, têm o meu aval pessoal. Portanto, quer a empresa deva, ou não, o meu nome está sempre envolvido.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Em 24 de março de 2011, a dívida ao BES cá era de 27 milhões de euros. Nessa altura, há uma nota de risco interno que diz que o grupo está em risco de falência técnica.

Aliás, há uma nota de fevereiro...

O Sr. Dr. **João Gama Leão**: — Qual grupo? O BES ou o meu?

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — O Grupo Prebuild.

Em fevereiro de 2012, há uma outra nota que diz que o grupo está em falência técnica.

Portanto, não há um único ano, desde que o grupo foi constituído, em que as notas de risco interno do BES não apontem para uma situação de falência técnica, mas, ainda assim, a dívida vai de 27 milhões de euros a 302 milhões de euros, em 2015.

O principal desta dívida ao BES não está nas empresas operacionais, não está em cartas de crédito e não está em atividades ligadas à exportação. Está numa Sociedade Gestora de Participações Sociais (SGPS), que é a *holding* de topo do seu grupo.

O Sr. Dr. **João Gama Leão**: — Não, Sr.<sup>a</sup> Deputada.

A consequência foi essa, mas não é consequência, porque a dívida estava na *holding*; a dívida vai parar à *holding* por causa de avais pessoais e por causa dos avais da *holding*.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — A dívida não foi constituída a nível da *holding*?

O Sr. Dr. **João Gama Leão**: — A dívida — posso dar-lhe, se quiser, os números com mais precisão — só vai parar à *holding* porque, nas empresas operacionais, tinha o meu aval e tinha o aval da *holding*.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Mas, normalmente, as dívidas não vão parar à *holding*. As dívidas permanecem nas operacionais, porque aí é que estão os *cash flows*.

Normalmente, não há um movimento de subida, não se desoneram as empresas operacionais para passar a dívida para a *holding*.

O Sr. Dr. **João Gama Leão**: — Sim, sim.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Os ativos da *holding* é que podem ser dados em garantia, nas dívidas.

O Sr. Dr. **João Gama Leão**: — É as duas coisas, Sr.<sup>a</sup> Deputada. Primeiro, eles ficam nas empresas operacionais e ficam na *holding*.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Mas o que aparece nos registos de contas do Novo Banco e do BES é que, nas empresas operacionais, que não têm muita dívida, a dívida está concentrada na *holding*, nomeadamente, na Prebuild Tglobal Supply e na Prebuild SGPS. São as entidades que têm mais dívida, além da Aleluia.

O Sr. Dr. **João Gama Leão**: — Essa da Aleluia é um verdadeiro caso de polícia, porque, desses 300 milhões de euros de que fala, cerca de 50 ou de 60 milhões de euros são avais pessoais meus de dívidas contraídas pelo Grupo Espírito Santo há 10 ou 20 anos.

É que o Novo Banco, quando me pressiona para tirar as Cerâmicas, deixa uma dívida comigo, deixa os avais pessoais comigo. Ou seja, este é um verdadeiro caso de polícia: então, o grupo Espírito Santo convida-me a ficar com as empresas e as empresas traziam dezenas de dívidas do passado... Estas nada que ver comigo! Aliás, comigo, não tenho 1 € de dívida contraída na Aleluia, depois de ter tomado conta das empresas. Quando o meu grupo entra em insolvência, eles pedem-me de volta as Cerâmicas e deixam os avais pessoais.

Portanto, quando fala de 300 e tal milhões de euros, 50 ou 60 milhões de euros — posso precisar-lhe os números — têm que ver com dívidas da Aleluia.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Há 223 milhões de euros que são dívidas concentradas na Prebuild Tglobal Supply, que é uma *holding*.

Queria perceber de onde vêm estas dívidas e para que foram contraídas.

O Sr. Dr. **João Gama Leão**: — Sr.<sup>a</sup> Deputada, volto a dizer: a dívida é contraída nas empresas operacionais, exclusivamente.

Depois da nossa negociação com o Novo Banco, quando as empresas entram em alguma negociação ou em PER, eles...

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Quando foi essa negociação?

O Sr. Dr. **João Gama Leão**: — Já lhe expliquei. A negociação começou em 2015 e o PER acho que foi aprovado em 2016.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Estou a falar-lhe de dados do Novo Banco de início de 2015. No início de 2015, o Novo Banco tem um papel, uma análise, que diz que, na Tglobal Supply, estão 228 milhões de euros de dívida.

Portanto, desculpe se não compreendo como é que esta dívida...

O que quero, no fundo, é uma garantia sua. Se me está a dizer, tenho mais é que acreditar...

O Sr. Dr. **João Gama Leão**: — Olhe, para mim, as declarações do Novo Banco e do Banco Espírito Santo têm o mesmo nível de credibilidade, ou seja, zero. Que fique bem claro.

As dívidas da Goldenpar...

*Pausa.*

Peço desculpa, estava a cometer um erro, uma confusão com os nomes. Deixe-me voltar a explicar, então.

A Sr.<sup>a</sup> Deputada estava a dizer que a dívida estava na Tglobal?

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Há três centros de dívida: um, é na Prebuild SGPS, que tem 18,8 milhões de euros; outro, é na Prebuild Tglobal Supply; e o outro é na Aleluia. Vamos excluir a Aleluia desta questão.

Queria perceber de onde vem a dívida da Prebuild SGPS e da Tglobal Supply. Para que é que serviu?

O Sr. Dr. **João Gama Leão**: — A Prebuild SGPS deixou de existir e chama-se Goldenpar.

A Tglobal, ou melhor, a Global Supply não era uma *holding*; era uma empresa operacional, era a nossa empresa exportadora, *okay*? Por isso é que fiz a confusão. Era a nossa empresa exportadora. Toda a nossa exportação, para qualquer país e central de compras, era feita por essa empresa e era ela que comprava todas as matérias-primas para todas as fábricas.

Portanto, a Tglobal era, talvez, a nossa maior empresa operacional.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Já há pouco falámos sobre como comprou ações da ESI com crédito garantido pelo BESA.



Comprou alguma outra participação em *holdings* do Grupo Espírito Santo?

O Sr. Dr. **João Gama Leão**: — Não.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Tem uma outra empresa chamada Carparque, que é detida pela Global Supply, em 80%. O aval que é dado à Carparque é um aval pessoal de um senhor chamado Fernando Espírito Santo, se não estou em erro.

O Sr. Dr. **João Gama Leão**: — Hum-hum.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — É alguém da família Espírito Santo, com quem existiu uma parceria?

O Sr. Dr. **João Gama Leão**: — É. O Fernando do Espírito Santo é um primo da família Espírito Santo, desses senhores, e era um funcionário do Grupo Prebuild, mas era um funcionário que cuidava da frota de carros da empresa.

Sei que, por ter o nome Espírito Santo, pode parecer uma pessoa importante — e é uma pessoa importante, pelo menos, para a família dele — , mas era quem cuidava dos carros da empresa.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Às tantas, há uma dívida da Prebuild África ao Novo Banco no valor de 4 milhões de euros, que tem um aval de António Rodrigues Sá.

Quem era António Rodrigues Sá?

O Sr. Dr. **João Gama Leão**: — A Sr.<sup>a</sup> Deputada está a desenterrar nomes que gostaria de esquecer.

Esse senhor foi meu parceiro em alguns negócios. Quer dizer, parceiro, entre aspas... Esse António Sá tinha uma empresa de revestimentos interiores e, portanto, trabalhou muitos anos para mim, fez muitas obras para mim.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Era seu sócio na Prebuild África?

O Sr. Dr. **João Gama Leão**: — Não me recordo se ele era sócio na Prebuild África. Não me recordo.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Mas, às tantas, há uma tentativa de reestruturação desta dívida, em que é feita uma proposta, em 2016, para trocar esta dívida e libertar o António Rodrigues Sá do seu aval pessoal, dado por esta dívida, sendo dado um imóvel como dação em pagamento.

Recorda-se desta proposta de 2016?

O Sr. Dr. **João Gama Leão**: — Recordo-me que se fez uma reestruturação dessa dívida, mas, se demos um imóvel como garantia, não me lembro.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — A proposta diz que é um imóvel industrial, que está devoluto, em Sintra, se não estou em erro.

O Sr. Dr. **João Gama Leão**: — É possível.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — A Prebuild África, o seu grupo, oferece ao Novo Banco este imóvel como dação em pagamento e o Novo

Banco vai verificar a propriedade do imóvel e descobre que pertence ao construtor José Guilherme.

Teve negócios com José Guilherme? Como explica esta relação?

O Sr. Dr. **João Gama Leão**: — Tive muitos negócios com o José Guilherme. Muitos. Não foi esse... Essas instalações, como outras coisas... Tivemos negócios com o José Guilherme, sem dúvida.

Quer que lhe explique...

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Não. Queria compreender outra coisa.

Vou fazer-lhe só duas perguntas finais, porque o meu tempo acabou.

Queria compreender que negócios foram esses com José Guilherme e, já agora, se alguma vez teve negócios com a Escom, ou com o Sr. Hélder Bataglia, porque eles também eram próximos, e próximos do Banco Espírito Santo.

Em relação à Colômbia, já disse que contratou Pedro David para ser o gestor da Prebuild na Colômbia. Foi Cavaco Silva que anunciou esse investimento. Pedro David foi diretor de campanha de Cavaco Silva e, por acaso, também é filho de Mário David, Eurodeputado do PSD, que foi o relator responsável pelo acordo comercial entre a União Europeia e a Colômbia.

Queria saber como lhe é dado esse contacto do Pedro David e como é que ele surge na história da Prebuild. Por que razão o contrata? Quem dá esse conhecimento? Alguma vez teve contacto, também, com Mário David ou com Cavaco Silva, no âmbito desses investimentos na Colômbia?

O Sr. Dr. **João Gama Leão**: — Conheci o Pedro David, que era o representante da Jerónimo Martins, da empresa lá dos supermercados, na Colômbia. É assim que conheço o Pedro David.

Depois, fiz, digamos, uma aquisição e, então, roubei o quadro à Jerónimo Martins, porque não era fácil encontrar um quadro português que tivesse experiência naquele mercado.

É assim que conheço o Pedro David e, depois, conheci o Mário David, como conheci muita gente.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Resta responder a estas perguntas: as ligações ao José Guilherme, se teve ligações à Escom, ao Hélder Bataglia...

O Sr. Dr. **João Gama Leão**: — O Hélder Bataglia, nunca tive nenhuma relação com ele. Sempre foi uma figura de que não gostei.

Com o José Guilherme... O José Guilherme tem um negócio imobiliário. Era o que fazia em Angola, não sei se ainda faz. Fiz muitas obras para ele. Digamos que a parte difícil do negócio dele fui eu que construí, foi a minha empresa que construiu. Portanto, estamos a falar de muitos edifícios em Angola que construí para ele.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — E a Escom?

O Sr. Dr. **João Gama Leão**: — Zero.

Não faço ideia... Conheço as histórias que toda a gente conhece, mas nunca tive qualquer relação com a Escom.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Duarte Alves, tem a palavra.

O Sr. **Duarte Alves** (PCP): — Sr. Presidente, cumprimento o Dr. João Gama Leão.

Precisa de fazer uma pausa?

O Sr. Dr. **João Gama Leão**: — Não.

O Sr. **Duarte Alves** (PCP): — Então, vamos continuar.

A nossa principal intenção, de facto, nesta Comissão é, sobretudo, mais do que fazermos *mea culpa*, como já acabou por fazer — e respeitamos isso — é perceber a interação entre o BES/Novo Banco e os seus maiores devedores, no seu caso em concreto um devedor que tem dívidas superiores a 300 milhões de euros, e percebermos o que é que o banco fez para procurar recuperar esse valor, que, na verdade, está a ser pago por todos os portugueses.

O senhor já explicou aqui que tinha empresas que investiam em situações de risco. Até falou em atrevimento das suas empresas. Acabou por ser transformado em dívida, dívida essa que, como não foi paga, está a ser paga pelo Orçamento do Estado, por todos os portugueses, no valor de 300 milhões de euros ou mais. Portanto, não podemos deixar também de procurar aqui perceber o que é que tem sido feito para recuperar esse valor.

Mas, antes de irmos à parte da atuação do Novo Banco, já explicou aqui mais ou menos a sua tese de que, até 2014, estava tudo bem, ou seja, havia problemas de liquidez, mas não havia créditos em *default* e que é quando o GES cai que há a queda das suas empresas.

Ora, temos aqui os pareceres... Este é um parecer interno do Novo Banco que já é posterior a isso, é de março de 2015, que demonstra que já havia muitas reservas em relação às contas das suas empresas. Por exemplo, é dito que «todas as empresas que constituem o Grupo Prebuild apresentam em 2012 e 2013...», sendo que, em 2013, foram apenas disponibilizadas as

contas da Prebuild e da Aleluia... Mas estas contas de 2012 e 2013 têm inúmeras reservas que chamam a atenção, entre outros factos, para a «falta de informação de suporte que permita aferir a razoabilidade e mesmo a confirmação efetiva de vários saldos do balanço, tais como inventários, contas a receber, depósitos e financiamentos obtidos.»

É também dito neste parecer que os relatórios e contas de 2013 completos das participadas — e é aqui referido um conjunto de participadas — não são entregues ao Novo Banco.

A minha pergunta é a seguinte: como é que alguém que deve 300 milhões ao Novo Banco não presta esta informação, como aqui está dito? Ou, então, desminta o que aqui está dito, que não foram dados estes relatórios e contas pormenorizados.

O Sr. Dr. **João Gama Leão**: — Muito obrigado, Sr. Deputado.

Eu tenho pouco jeito para o papel de vítima. Sempre tive, digamos, uma posição de negócio bastante agressiva — agressiva no bom sentido que é possível em termos de negócios.

É muito fácil hoje dizer que eu tenho esses problemas hoje com o Novo Banco. O que ninguém pode dizer, nem eu próprio, é como é que seria se o BES não tivesse caído.

Repare, falou há pouco de problemas de liquidez. Até ao BES cair, não tínhamos problemas de liquidez, tínhamos um negócio que estava a funcionar...

O Sr. **Duarte Alves** (PCP): — Precisava de oxigénio.

O Sr. Dr. **João Gama Leão**: — Eu expliquei que o oxigénio é posterior a isso.

Nós tínhamos uma operação saudável, agressiva, com risco, mas, de facto, a nossa postura, quando tudo isto aconteceu, foi a de tentar recuperar o grupo.

Na verdade, a minha convicção é a de que o Novo Banco não fez qualquer esforço ou tentativa de recuperar fosse o que fosse. O Novo Banco teve uma postura de «vamos liquidar».

Eu explico-lhe uma coisa muito simples: em termos financeiros, é mais fácil enterrar uma empresa e depois ir aos contribuintes pedir o dinheiro do que tratar um empresário em dificuldades, que é essa a função de um banco, ou seja, é de tratar os empresários que estão bem, os que estão mal, os que estão com dificuldades.

Agora, perguntam ao Novo Banco, que tem o cofre público por trás, «é mais fácil salvar esta empresa ou é mais fácil afundá-la de vez e pedir o dinheiro aos contribuintes?» É óbvio que é mais fácil... Não sei que contrato é que o Estado fez com o grupo americano, mas, para mim, há uma coisa que é óbvia: para o Novo Banco é muito mais fácil ter problemas do que ter vantagens. Porque ter problemas, hoje, no Novo Banco — essa é a lógica económica com que o criaram — é muito mais vantajoso, porque vai buscar liquidez com alguma facilidade.

O Sr. **Duarte Alves** (PCP): — Precisamente um dos objetos desta Comissão de Inquérito é o processo de privatização e da criação do CCA (mecanismo de capital contingente), porque estes ativos foram para o CCA e, portanto, como diz, era mais fácil para o banco ir buscar o dinheiro ao acordo de capital com o Estado porque a Lone Star ficou com a faca e o queijo na mão em relação a todos os ativos que estavam nesse perímetro, e não só.

Mas volto a perguntar: então, se a situação era tão saudável antes de 2014, porque é que havia estas reservas, esta falta de informação de suporte

nas contas de 2012 e de 2013 e a informação em falta do relatório e contas de 2013? Porque é que faltavam estes documentos e esta informação de suporte se as coisas estavam a correr tão bem?

O Sr. Dr. **João Gama Leão**: — Muito bem.

Para lhe dizer que faltava informação... Não tinha que ter um documento interno do banco, tinha que ter um documento do banco a solicitar-nos a informação, que nós não demos. Começamos por aí.

Depois, a questão sobre as reservas, é como lhe disse, Sr. Deputado. Se fôssemos olhar às reservas... Aliás, eu diria que é mais complicado uma empresa que tem muitos negócios e não tem reservas nenhuma do que uma empresa que tem reservas de auditores. Isso, para mim, é um funcionamento normal. Só quando a situação é branqueada é que não há reservas para nada.

É óbvio que um grupo com a dimensão que nós tínhamos, com a expansão que estávamos a fazer, tem reservas. E com certeza que foi objeto de interesse da nossa equipa no sentido de levantar essas reservas.

O Sr. **Duarte Alves** (PCP): — Mas há reservas e reservas.

É que aquilo que os auditores referem é que, dada a relevância e o significado dos efeitos descritos nas reservas e o ênfase destas entidades, não estão em condições de expressar — e não expressam — uma opinião sobre as respetivas demonstrações financeiras.

Então, estava tudo a correr tão bem, havia ali umas reservas... Bom, mas ao ponto de os auditores não subscreverem as demonstrações financeiras da empresa.

O Sr. Dr. **João Gama Leão**: — Mais uma vez... Eu não disse ao Sr. Deputado que estava a correr tudo muito bem; eu disse que não estávamos em *default*, o que é diferente.



E disse também que estávamos num período de grande expansão. E com certeza que aguentámos da melhor maneira possível esse investimento.

Em relação ao tema específico das reservas do auditor, teria de olhar novamente para isso e teria de, especificamente, saber o que reclamava o auditor.

O Sr. **Duarte Alves** (PCP): — Então, havia problemas que já se manifestavam antes de 2014. Temos esse ponto assente.

O Sr. Dr. **João Gama Leão**: — Sr. Deputado, se quiser, e se me puser aqui 10 horas a responder à mesma coisa, se calhar vou concordar consigo.

O que estou a dizer é que as reservas dos auditores são relativamente normais. Aliás, se quiser falar das reservas de auditores, se calhar, o BES não tinha nenhuma reserva do auditor...

Portanto, a minha preocupação não é reservas de auditores; a minha preocupação é manipular balanços. Isso, sim, é uma preocupação.

O Sr. **Duarte Alves** (PCP): — Desde 2014, e quando se dá, então, o maior problema, confirma-nos que não tem nenhum financiamento adicional por parte do Novo Banco?

O Sr. Dr. **João Gama Leão**: — Como diz? Depois da queda de...

O Sr. **Duarte Alves** (PCP): — Desde 2014.

O Sr. Dr. **João Gama Leão**: — Nenhum. Nem foi pedida nenhuma... A única coisa que queríamos — nem *haircuts*, não queríamos nada disso... —, a única coisa que eu queria era que me deixassem fazer alguma coisa.

O Sr. **Duarte Alves** (PCP): — E entre 2014 e a execução judicial, em 2016, houve alguma amortização da sua dívida?

O Sr. Dr. **João Gama Leão**: — Provavelmente.

Há documentos... Há crédito de *trade finance* que foi liquidado entretanto. Agora, em que montantes não faço ideia, porque não dependia de mim esse processo.

O Sr. **Duarte Alves** (PCP): — Mas convinha percebermos. O senhor devia 300 milhões e convinha percebermos, entre 2014 e o processo judicial, em 2016, que amortização é que foi feita a essa sua dívida, dessa dívida grande.

O Sr. Dr. **João Gama Leão**: — Posso voltar a falar dos 300 milhões? É que eu sei que é um número sonante. A mim também me soa. Aliás,...

O Sr. **Duarte Alves** (PCP): — Neste caso, a minha pergunta era mesmo: que amortizações é que fez? Ou seja, neste período, o que é que pagou da dívida que tinha?

O Sr. Dr. **João Gama Leão**: — Se foi feita alguma amortização na altura, foi da nossa principal dívida, através do *trade finance*.

O Sr. **Duarte Alves** (PCP): — Não me sabe dizer que valor é que foi?

O Sr. Dr. **João Gama Leão**: — Não sei, Sr. Deputado. Eram dezenas e dezenas de operações, em que, quando é o *trade finance*, é mais uma relação entre bancos do que propriamente do cliente.

O Sr. **Duarte Alves** (PCP): — Ficamos sem saber quanto é que foi amortizado.

Algumas destas dívidas tinham aval pessoal? Gostaríamos de saber o que é que fez o Novo Banco para executar esses avais pessoais, ainda antes de 2016, antes da execução judicial?

O Sr. Dr. **João Gama Leão**: — A única coisa que fez o Novo Banco foi pedir a insolvência pessoal, porque os meus bens pessoais e os do meu irmão, não sei se o auditor fez questão de reforçar isso, entraram todos na empresa para a tentar salvar. E tentar salvar a empresa não tem que ver... Uma das coisas principais de salvar a empresa era restabelecer uma relação normal com o banco, mas há outros problemas que as empresas têm e um deles era pagar salários. Depois, começámos a dispensar pessoas... Era preciso pagar salários, era preciso pagar indemnizações e, digamos, o nosso património pessoal foi, nomeadamente, gasto na desmobilização da *holding*, porque as empresas operacionais continuaram, depois foram vendidas, foram cedidas, pode chamar-lhe o que quiser.

Mas onde gastámos bastante dinheiro foi em desmobilizar a equipa que, digamos, geria as áreas internacionais e em sustentar a operação.

O Sr. **Duarte Alves** (PCP): — Portanto, diz-me que entre 2014 e o momento em que é declarado insolvente, em 2017, de alguma forma, desfez-se de bens pessoais para tentar salvar a empresa.

No momento em que é declarado insolvente, em 2017, se não me engano, pergunto-lhe que bens é que possuía e o que é que lhes aconteceu, ou seja, se foram mobilizados também para o pagamento de alguma *tranche* da dívida.

O Sr. Dr. **João Gama Leão**: — É algo que eu não tenho prazer nenhum em dizer aqui. Mas, resumindo, o meu património não está nas mãos de ninguém, nem em nenhuma *offshore*; o meu património pessoal foi todo entregue à empresa, como já referi várias vezes, para tentar salvar a nossa operação.

O Sr. **Duarte Alves** (PCP): — Aquilo que mais nos importa, mais do que a sua iniciativa pessoal de o fazer, é o que é que o Novo Banco fez. Estamos a analisar o que é que o Novo Banco fez para procurar executar esses avais pessoais.

Por exemplo, quando foi tomada esta decisão de avançar para uma recuperação judicial foi enumerado um conjunto de responsabilidades e garantias em que são mencionadas responsabilidades pessoais, suas, sem garantias, que se cifram no valor de 84 milhões de euros e que, segundo o que aqui é referido, derivam do pagamento do cartão de crédito, sem perspectivas de regularização. É assim que aqui é apresentado.

Alguma vez, da parte do Novo Banco, houve uma tentativa de recuperar junto de si esta dívida em concreto, associada a cartões de crédito?

O Sr. Dr. **João Gama Leão**: — Sr. Deputado, o Novo Banco pede a insolvência de um empresário que, dizem, deve 300 milhões de euros por uma dívida de um cartão de crédito de 30 000 € ou 40 000 €. O motivo da insolvência é esse.

O Sr. **Duarte Alves** (PCP): — 84 milhões de euros.

O Sr. Dr. **João Gama Leão**: — Na altura, o Banco Espírito Santo ofereceu-me um cartão de crédito, daqueles todos bonitos, com valor

ilimitado, ou um crédito ilimitado — aquelas conversas comerciais — e, na altura, eu disse que para aceitar o cartão teria de fazer um colateral.

O Sr. **Duarte Alves** (PCP): — Dizem que não tinha garantia.

O Sr. Dr. **João Gama Leão**: — Pois, eles dizem que não tinha garantia porque o meu colateral estava em ações do Banco Espírito Santo. É por isso que eles dizem que não tinha garantia. Mais burla do que isso não pode haver!

*Pausa.*

O meu estimado e amigo advogado está a dizer-me que eu tenho de ter cuidado com algumas afirmações, mas eu reforço, isso foi uma burla, porque, na verdade, os meus créditos, que é fácil de ver que, para os negócios que eu fazia, eram muito baixos, tinham garantias reais.

Na altura, perguntei: «O que posso fazer para garantir o cartão? Não quero um euro de dívida sem garantia» E eles indicaram-me: «Invista nas ações do Espírito Santo.»

O Sr. **Duarte Alves** (PCP): — Então, eles quando dizem aqui que não tinham perspetivas de regularização, aqui não mencionam, mas é porque sabiam que as garantias que havia eram, de facto, ações...

O Sr. Dr. **João Gama Leão**: — Claro, não mencionam isso, porque é bonito dizer o contrário!

O Sr. **Duarte Alves** (PCP): — Há uma questão que já foi aqui mencionada, que tem que ver com um aval pessoal de um Sr. António

Rodrigues de Sá — isto já foi aqui mencionado hoje — para a Prebuild África. Confirma?

O Sr. Dr. **João Gama Leão**: — Confirmo que tenho esse aval, sim.

O Sr. **Duarte Alves** (PCP): — Há aqui um pedido deste Sr. António Rodrigues de Sá, para, de alguma forma, negociar e libertar-se desse aval pessoal mediante um pagamento. Na prática, para limpar um milhão, ou seja, em vez de 3900 pagar 2800 e limpar este aval.

Este pedido é rejeitado pelo Fundo de Resolução. O que sabe dizer-nos sobre este processo em concreto?

O Sr. Dr. **João Gama Leão**: — Não sei, Sr. Deputado. Eu, de certeza, não tenho nenhum pedido para libertar os meus avais, mas se esse senhor tomou a iniciativa de pedir a libertação do seu aval é a ele que terá de perguntar.

O Sr. **Duarte Alves** (PCP): — E sabe — com certeza, porque era uma pessoa que lhe deu um aval, portanto, com certeza que até acompanhou as notícias que saíram — que, depois de rejeitada esta reestruturação, este Sr. António Rodrigues de Sá deu-se como insolvente, mas, antes disso, passou todos os bens para nome da sua mulher que, depois, veio a adquirir uma participação na Media Capital.

Confirma que isto aconteceu e que, portanto, este aval acabou por perder qualquer valor, porque foi declarado insolvente e, entretanto, esses valores passaram para outra pessoa que, depois, investiu, nomeadamente na Media Capital?

O Sr. Dr. **João Gama Leão**: — Essas são responsabilidades que não são minhas. O que posso dizer-lhe é que em nome da minha esposa não vai encontrar, de certeza, propriedades minhas, anteriores ou futuras. De certeza que não vai encontrar! Na minha família ou amigos de certeza que também não vai encontrar património meu em nome deles.

Se esse senhor optou, como estratégia de vida, por pedir a insolvência pessoal e pôr o património em nome da sua esposa, bom, cada um que assuma as suas responsabilidades. Essa responsabilidade não é minha, de certeza.

O Sr. **Duarte Alves** (PCP): — Sim, mas estava associado a si, porque era quem dava o aval da Prebuild África. O senhor conhecia esta pessoa?

O Sr. Dr. **João Gama Leão**: — Sim, eu conhecia bem essa pessoa, mas deixe-me explicar que as *holdings* eram minhas e do meu irmão. Algumas das empresas que adquirimos vieram com sócios minoritários. Nunca, em nenhuma das empresas, eu era sócio minoritário.

Portanto, eu diria que em várias empresas, como até no caso da Aleluia, eu tinha sempre pequenas participações de gente da história das empresas e o António Sá veio por uma situação dessas. Ele trabalhava com o Grupo Prebuild — e, sinceramente, já nem me lembro o que fazia a Prebuild África —, e ele veio junto com uma empresa por causa de participações antigas. De certeza que o nome original dessa empresa não era Prebuild África, esse nome ganhou-o quando entrou para o grupo.

O Sr. **Duarte Alves** (PCP): — Eu já não tenho muito mais tempo e também já não tenho muitas mais perguntas a fazer.

Há bocado queria explicar melhor o assunto dos 300 milhões, e eu termino, dando-lhe a oportunidade de explicar esses 300 milhões e

perguntando-lhe o que é que tem feito e pretende fazer para pagar a sua dívida.

O Sr. Dr. **João Gama Leão**: — Repare, eu disse-lhe que a transição do BES para o Novo Banco provoca-me falta de ar — perdoe-me a analogia.

A falta de comunicação do Novo Banco, na altura eu até entendia, porque estavam numa reestruturação tão pesada que não teriam tido tempo ou disponibilidade para todas as pessoas, mas depois eu passei da falta de ar ao «UTI»... E depois, a má-fé do Novo Banco — mais uma vez, permita-me — foi o facto de aceitarem o PER, a negociação, a moeda de troca foi ceder-lhes as Cerâmicas, e, em seguida, sabendo que eu estava numa posição frágil, puseram-me em insolvência pessoal.

Quando me pergunta o que é que eu quero ou o que estou a fazer: quando pedem a insolvência pessoal, eu, daqui a cinco anos, estarei livre dessa dívida, mas a minha preocupação... Aliás, se alguém do Novo Banco ouvir esta audição, se alguém se sentar comigo para negociar, digo-lhe que para mim é muito mais importante limpar o meu nome e começar a trabalhar, fosse no que fosse, para tentar recuperar, do que sujarem o meu nome, atarem-me as mãos e dizerem que sou um grande devedor.

Quando se refere aos 300 milhões, só para deixar claro, 50, 60 milhões têm que ver com uma burla, porque eles passaram-me as Cerâmicas, em que eu dei o aval pessoal, e o BES, ou o Novo Banco retirou-me as Cerâmicas e deixou a dívida comigo, uma dívida de décadas de má gestão das empresas industriais do grupo.

Portanto, se retirar esse valor já baixaria dos 300, já não seria um valor tão sonante. E, continuo: se nos permitissem manter a nossa atividade, que é o grosso da nossa dívida, que é *trade finance*, provavelmente hoje estaríamos na Colômbia a construir um grande parque industrial. Eu tinha 12 fábricas em Portugal; provavelmente, se tivesse chegado ao fim — mas o «se» é uma



palavra muito fácil! —, hoje eu seria um dos maiores grupos industriais portugueses. E se o que me fizeram, de não conversar como um grande devedor, o fizessem a qualquer uma das grandes empresas de Portugal — as industriais, pelo menos —, elas cairiam tal como aconteceu com a minha. Cairiam, exatamente como a minha.

O Sr. **Presidente**: — Sr.<sup>a</sup> Deputada Cecília Meireles, faça favor.

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Obrigada, Sr. Presidente. Queria, em primeiro lugar, Sr. Doutor, cumprimentá-lo.

Vou começar pelo princípio, porque já nos disse aqui muita coisa, mas as coisas foram saindo e tão-pouco sistematizadas.

Disse-nos aqui que, até 2010, nem sequer trabalhava com o BES. O que queria perguntar-lhe é: quando é que começou a trabalhar com o BES, como cliente de crédito, naturalmente?

O Sr. Dr. **João Gama Leão**: — É muito difícil dar-lhe essa data precisa...

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — O ano.

O Sr. Dr. **João Gama Leão**: — O ano? Deve ter sido em finais de 2010. Regressei a Portugal em finais de 2009. Nessa altura, eu ainda viajava, ainda passava a maior parte do meu tempo em Angola e vinha a Portugal. A mudança de residência deu-se uns anos mais tarde. Mas devo ter começado a trabalhar com o BES em 2010.

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Mas percebe a minha pergunta: em finais de 2010 a dívida era zero; no princípio de 2015 a dívida era 300.

A pergunta que quero fazer-lhe é de onde vem esta dívida. A parte da Aleluia, que são 50 milhões, já percebi, mas gostaria que me explicasse de onde vêm os outros 250 milhões.

O Sr. Dr. **João Gama Leão**: — Sr.<sup>a</sup> Deputada, neste caso, a situação é muito simples. Uma dívida tão grande num período tão curto, ou eu tenho uma boa conta em *offshore*, ou fui dedicado à gestão das empresas. Para que fique claro, não há uma terceira hipótese.

A atividade da nossa empresa começou muito devagar — quer dizer, devagar. Eu comprei a primeira fábrica, de alumínio, depois comprei uma fábrica de madeiras, depois comprei o grupo Levira, e só mais tarde é que comprei as Cerâmicas.

Essa dívida vinha da nossa operação. Erámos um grupo que faturava centenas de milhões de euros, um grupo com várias fábricas, um grupo que foi ao mercado buscar empresas com dificuldades. De onde vem essa dívida? Muita dessa dívida foi tanto para suportar a recuperação dessas empresas, como até algumas das dívidas transitaram dessas empresas para as *holdings*.

De referir que essas empresas...

Eu começo a comprar fábricas por um motivo: eu tinha 40 hotéis para construir, todos com o mesmo tipo de produto, ou seja, 40 projetos iguais, e esse produto industrial permitia-me uma produção em escala. Essa produção em escala... Eu cheguei às fábricas — não sei se associa, mas, em 2009-2010, a crise em Portugal era muito severa —, e as fábricas não tinham capacidade, sequer, de me fornecer.

Então, é nessa dificuldade de as fábricas me fornecerem, que eu começo a adquirir fábricas, como vários fundos fizeram. Portanto, a dívida vem da nossa atividade — ou, então, tenho uma conta *offshore*.

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Vamos lá ver, a dívida vem da compra de fábricas, da assunção da dívida dessas fábricas — certo? — e do capital de giro necessário para as fazer funcionar. É isso que está a dizer?

O Sr. **João Gama Leão**: — E do capital que era necessário para fazer a operação rolar.

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Mas 226 milhões de euros não é *working capital*, tem de haver aqui muita coisa mais...

O Sr. **João Gama Leão**: — Obviamente, mas com o nível da exportação que nós tínhamos, com o nível de expansão e com o ritmo da expansão, com certeza que era *working capital*.

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Eu pergunto, porque, como percebe, o crescimento da dívida é brutal em pouco mais de quatro anos. Por isso é que é importante perceber de onde é que ela vem.

No fundo, aquilo que nos está aqui a dizer é que a dívida vem do facto de ter investido em fábricas em dificuldades e de as estar a recuperar. Certo?

O Sr. **João Gama Leão**: — E da expansão.

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Portanto, o sucesso desta dívida depende, como é evidente, do sucesso destes projetos. Certo?

O Sr. **João Gama Leão**: — Exatamente.

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Disse-nos, aqui, que, em 2010, nem sequer trabalhava com o BES, e também disse que, até 2014, quando

caiu o Novo Banco, o *default* era zero, e que, até ao BES cair, não tinha problemas de liquidez.

Ora, aquilo que nós temos aqui, respeitante a uma informação de 2011, do BES — portanto, não é do Novo Banco, é do BES —, contraria bastante isso.

Eu gostava de lhe perguntar se tem ideia de uma empresa chamada Portuleiter — Produtos Metálicos, S.A.?

**O Sr. João Gama Leão:** — Perfeitamente.

**A Sr.<sup>a</sup> Cecília Meireles (CDS-PP):** — E esta empresa tinha um *default* em 2011?

**O Sr. João Gama Leão:** — Essa empresa é uma empresa de produção de alumínio, de produtos em alumínio, que, exatamente, foi adquirida por nós. Eu nem sei se, de facto, se terminou a aquisição...

*Pausa.*

O facto é que essa empresa era uma empresa com dificuldades — mais uma vez — e foi uma empresa adquirida por nós, e, depois, não me lembro dos pormenores, mas foi uma empresa que, depois, acabou por fechar.

Mas, obviamente, essa Portuleiter era uma empresa antiga e não tinha nada a ver comigo no passado, não é?

**A Sr.<sup>a</sup> Cecília Meireles (CDS-PP):** — Mas em 2011 tinha. Pelo menos, o BES assumia que ela era sua, ou do grupo.

O Sr. **João Gama Leão**: — Se calhar, era confortável para eles, não é? Porque, repare o que é que...

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Não acho que fosse confortável para eles, porque a empresa tinha crédito vencido, e abatido, no Banco de Portugal, no valor de 8,5 milhões de euros, dos quais 1,5 milhões foram contratados com o grupo BES — portanto, estava em *default* — e além deste montante, apresenta, ainda, incumprimento, no estrangeiro, no valor de 3,4 milhões de euros.

Portanto, como compreende, em 2011, o facto de esta empresa estar integrada no seu grupo não era conveniente, nem para si, nem para o BES, nem para ninguém.

O Sr. **João Gama Leão**: — Então, deixe-me explicar o que é que fazia o banco, na altura — aquele e todos os outros: tentavam limpar balanço. Era o que os bancos faziam e espero que, hoje, já não façam. Mas, na altura, tentavam limpar balanço, e, então, era-lhes mais confortável, para eles, passar um crédito sem atividade, um crédito morto, digamos assim, a uma empresa com atividade.

Portanto, com certeza, o BES era beneficiado com isso, porque era transformar um crédito mau em crédito bom. E não foi só com essa empresa, foi com todas.

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — O problema é que esta empresa foi utilizada para analisar o seu grupo e a análise do BES não era nada boa. A análise do BES, basicamente, concluía: «Caso não se verifique uma efetiva melhoria na prestação económica financeira das empresas do grupo, no ano de 2010, afigura-se-nos recomendável reduzir exposição com o cliente».

Afirmou, aqui, que, até 2010, não tinha relação com o BES, portanto, no ano de 2010, que foi o ano em que inicia a relação com o BES, o próprio BES, aparentemente, no departamento de risco, dizia: «É preciso proceder com cuidado» e vou explicar-lhe exatamente o que é que o BES dizia.

O que o BES dizia era que o envolvimento bancário do grupo ao nível do Banco de Portugal, portanto, todo o endividamento bancário em Portugal ascendia a 70 milhões de euros, muitíssimo inferior ao que se veio a verificar, dos quais 38% eram dívida remunerada no grupo BES.

Portanto, o grupo BES nem sequer era o principal banco financiador. E porque é que ele explicava que é que este endividamento era muito arriscado do ponto de vista do banco? Ao dizer que: «Quer do ponto de vista económico quer financeiro, em termos consolidados, o grupo apresenta-se bastante debilitado, exibindo uma *performance* operacional muito negativa e um resultado líquido deficitário de aproximadamente 4 milhões de euros».

Este era o ponto de situação no ano em que o seu grupo começou a negociar com o BES e em que tinha 20 ou 30 milhões de dívida com o BES. O que eu pergunto é: como é que, em quatro anos, a dívida acabou 10 vezes superior? É isso que eu não consigo perceber e que me está a fazer muita confusão, porque, aparentemente, o que era normal é que esta exposição não tivesse aumentado, do ponto de vista do banco.

O Sr. **João Gama Leão**: — Repare, Sr.<sup>a</sup> Deputada: isso só reforça a minha tese de que quando eu comecei no banco não tinha nada, quando eu comecei a lidar com o banco era visto — se, de facto, é assim como a Sr.<sup>a</sup> Deputada está a descrever — que eu não era amigo de ninguém, não era primo de ninguém, e, então, estava a tentar fazer crescer um grupo.

Agora, a responsabilidade dessa empresa, dessa Portuleiter, eu não sei se o senhor ainda é vivo, mas já vinha do passado. E vinha do passado com

relação com Banco Espírito Santo, porque essa empresa não chega a mim por acaso, não é?

Era uma empresa industrial, interessava-me o produto industrial, era uma empresa exportadora e, então, obviamente, que eu, para lançar o meu grupo, a forma que eu utilizei foi exatamente essa: adquirindo empresas em dificuldade.

Se a visão do banco... Provavelmente, na altura, nessa data, a minha relação com o banco era quase «zero». Portanto, foi transferir uma empresa com dificuldades para o âmbito do nosso grupo. Se isso, na altura, fez a análise de risco ponderar, muito bem — só mostra de onde eu vim.

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Desculpe, mas não mostra.

O que normalmente acontece — não estou a fazer nenhuma insinuação, nem nenhuma suposição; estou a só a dizer-lhe — a grupos que tenham estas análises de risco é que não têm mais acesso a crédito, sobretudo num período como este, já em 2011, que não era, sequer, um período de enorme expansão do crédito.

O que eu pergunto é como é que o seu crédito passou de 30 milhões para 300 milhões, nestes quatro anos, quando o ponto de partida era já um cenário que o banco considerava arriscado.

Esta parte é que eu não estou a conseguir perceber.

O Sr. **João Gama Leão**: — A Sr.<sup>a</sup> Deputada está a confrontar-me com um documento interno do banco do ano de 2010. E é como lhe disse: eu só comecei a ser conhecido no banco, só comecei a ter relações com o banco quando adquiri o grupo Levira. Só quando adquiri...

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Foi em que data?

O Sr. **João Gama Leão**: — Boa pergunta, Sr. Deputada, já não me recordo.

Mas só quando adquiero o grupo Levira é que eu começo a ter relações mais fortes com o banco. Agora, até lá, o que a Sr.<sup>a</sup> Deputada está a dizer é que o banco decidiu passar uma dívida parada que tinha lá e decidiu passar a responsabilidade, ou o risco de crédito, para mim.

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Eu não tenho essa informação. Isso são informações que o senhor está a trazer. Eu não tenho essa informação.

O Sr. **João Gama Leão**: — Terá sido...

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — A informação que tenho é a de que a Portuleiter faz parte do grupo. Não é dada informação sobre o passado.

O Sr. **João Gama Leão**: — Pronto, mas eu explico-lhe: a Portuleiter era uma empresa, inclusive, fechada. A Portuleiter estava, inclusive, fechada! Eu é que retomei a atividade da Portuleiter!

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Então, vamos ver se conseguimos, pelo menos, assentar numa coisa: toda esta expansão do seu grupo é feita com recurso muito substancial a crédito. Certo?

O Sr. **João Gama Leão**: — Não, esta expansão é feita com o recurso à compra de empresas com grande exposição bancária e a tentar recuperá-las. Falou há pouco um Sr. Deputado de um aumento de capital de 50 milhões de euros de euros, o que, na altura, foi muito significativo.



A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Mas, vamos lá ver: assumiu as dívidas destas empresas. Certo? É isso?

O Sr. **João Gama Leão**: — No caso da Portuleiter, acho que não. No caso da Portuleiter acho que essas dívidas não foram assumidas.

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — No caso da Portuleiter tenho a certeza de que não, tanto assim é, que elas já tinham sido abatidas, mas no caso das outras?

O Sr. **João Gama Leão**: — Então, confirma. Ou seja, a avaliação que fizeram na altura do meu grupo era sobre um...

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Vamos lá ver: o senhor afirmou, aqui, que, até 2014, não havia nenhum incumprimento.

Ora, a informação que tenho do banco é que, em 2011, já havia casos de incumprimento no seu grupo. Portanto, eu só estou a tentar compreender de onde é que eles vêm, porque as duas informações, repare, não batem certo!

O Sr. **João Gama Leão**: — Qualquer endividamento, na altura, que me refere, era absolutamente proveniente de empresas adquiridas. Absolutamente!

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — E a dívida que estava aqui na Prebuild/Global Supply era para manter as empresas a funcionar e a assunção da dívida das empresas. É isso?

Estou a compreender: o que está a dizer é que grande parte da dívida resulta da assunção de dívidas de empresas que estão, ou não, em incumprimento. Podem estar, ou não. É isso?

O Sr. **João Gama Leão**: — Eu posso explicar um pouco, se me permitir, o cenário que eu encontrei nestas empresas. Estas empresas eram empresas, algumas com nomes fortes no mercado, que, durante anos, tiveram financiamento da banca, sem qualquer garantia ou sem qualquer aval pessoal.

Eu sou confrontado com esta situação e as empresas com um grande défice de gestão — empresas, como eu costumava dizer, com mais cigarras do que formigas. Eram empresas com administrações muito pesadas e suportadas, digamos, na produção.

Quando comecei a adquirir empresas, a pressão virou-se contra mim. Ou seja, o facto de a banca ter andado a despejar dinheiro nas empresas para resolver problemas, depois, quando veio o meu caso, quando eu entrei nas empresas, aí a pressão veio para o meu lado e comecei eu a negociar com a banca dívidas de décadas e décadas — no caso do grupo Levira tinham 50 anos... —, comecei a negociar dívidas que foram feitas, ao longo dos anos, muito antes da minha participação.

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Muito bem, já percebi de onde é que vem a dívida, que era o objetivo!

O Sr. **João Gama Leão**: — Muito obrigado, Sr.<sup>a</sup> Deputada.

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Peço-lhe algumas precisões: falou-nos, aqui, de ações que tinha do BES que serviam de garantia. Serviam de garantia, exatamente, a que dívida?

O Sr. **João Gama Leão**: — Eu disse que ações do BES serviam de garantia? Olhe que não.

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Então, pode precisar? Eu fiz essa anotação, mas posso-me ter enganado.

O Sr. **João Gama Leão**: — Ah, peço desculpa, no cartão de crédito, sim, mas não é das empresas. No cartão de crédito, sim, mas eram as minhas poupanças pessoais. Estamos a falar de ações do BES. Deveriam ser 200 000 ou 300 000 euros, não era mais do que isso.

Bem, na altura, perder isso, não foi fácil.

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Também, repare: há aqui uma certa confusão entre o seu património e o das suas empresas, porque, de facto, todas estas dívidas são garantidas com o um aval pessoal.

Já agora, gostava de confirmar, o aval pessoal era-lhe pedido nestes processos de crédito?

O Sr. Dr. **João Gama Leão**: — É. É por isso que...

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Pergunto, porque aqui já apareceram devedores a quem, aparentemente, não tinham de dar avais pessoais, embora a situação seja comum.

O Sr. Dr. **João Gama Leão**: — Pois, e é muito interessante eu saber disso. Isso mostra como eu era um privilegiado com o Ricardo Salgado, porque eu vi dívidas de centenas de milhões sem avais pessoais e sem um objetivo concreto, ou seja, eram dívidas contraídas para comprar ações.

Não sei que tipo de manobra é essa, mas em relação a mim, até na Aleluia — até na Aleluia! —, que foram empresas geridas pelo próprio Grupo Espírito Santo, na altura, me exigiram os avais. Não só me exigiram

os avais, como o banco, que acordou comigo não ter avais pessoais, depois mandou os contratos a pedir os avais pessoais. Eu, na altura, resisti, passaram umas semanas e, depois, chegou àquele ponto em que acabei por aceitar.

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Já agora, também só uma precisão. No caso da Aleluia, ficou com a empresa, isto é, comprou a empresa. Qual é que foi o valor da venda? Foi assumir a dívida da empresa?

O Sr. Dr. **João Gama Leão**: — Exatamente. Assumir a dívida da empresa...

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Com aval pessoal e aval empresarial, no caso da Prebuild SGPS.

O Sr. Dr. **João Gama Leão**: — Sim, mas não só. Com o compromisso — por isso é que eu falo em burla — de reestruturarem a dívida.

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — E foi reestruturada ou não?

O Sr. Dr. **João Gama Leão**: — Não sei. Se perguntarem ao Novo Banco o que é que fez com as Cerâmicas, talvez fiquem a saber que serviu tudo menos os interesses do Novo Banco. Porque, na verdade, tudo o que os bancos normalmente não querem é ficar com empresas industriais. Isso, para um banco, não interessa para nada! Então, se não têm interesse em ficar com ativos industriais, para que é que me tiraram as empresas?

Eu tenho uma versão, mas é uma opinião, não é um facto. Mas, se calhar, se perguntarem ao Dr. António Ramalho o que é que fizeram com as Cerâmicas, vai descobrir, com certeza, que serviu tudo menos os interesses do Novo Banco.

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Diga-me uma coisa, neste Processo Especial de Revitalização, disse-nos que, na altura da negociação, aquilo que lhe pediram em troca foi as empresas de cerâmica. Este PER envolveu um perdão de dívida de 40%. Ou não?

O Sr. Dr. **João Gama Leão**: — Não me lembro da percentagem, mas lembro-me que foram 90 milhões.

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Por último, também só para precisar, agora voltando a Angola, disse-nos e descreveu — e esta parte confesso-lhe que não percebi — que esteve poucas vezes com o General Kopelipa — embora o nome não seja esse, é assim que é conhecido — e que, numa dessas poucas vezes, o principal objetivo dele ao falar consigo foi, no fundo, mandar um recado a Ricardo Salgado, que tinha que ver com achar-se que estava a haver um verdadeiro saque no BESA. E, aparentemente, posso confirmar que realmente não se pode dizer que não tenha acontecido.

Dada a relação que descreveu, que era relativamente distante — até disse que só o sentaram à mesa quando quiseram dinheiro e quando foi investir na Espírito Santo International —, pergunto por que é que, para um general angolano como o General Kopelipa, o senhor era a pessoa certa para mandar um recado a Ricardo Salgado. É isto que não estou a conseguir entender.

O Sr. Dr. **João Gama Leão**: — Há pouco o Sr. Deputado disse que encontrou na *internet* que me chamavam o «Sr. Angola». Na verdade, toda a gente sabia da minha influência naquele momento, em termos económicos. Portanto, as minhas relações com o banco também eram conhecidas. Não sei

se me falha a memória, mas acho que esse Sr. Kopelipa também era acionista do Grupo Espírito Santo, isto pelas fontes de informação.

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Mas se era, torna-se ainda mais estranho que para falar com Ricardo Salgado o escolhesse como interlocutor. Não é?

O Sr. Dr. **João Gama Leão**: — Foi a escolha dele.

Sr.<sup>a</sup> Deputada, garanto-lhe, de todas as maneiras possíveis, que a minha relação com o Sr. Kopelipa resume-se a esse encontro na Casa Militar e resume-se a ter-me encontrado com ele duas ou três vezes em sítios públicos, mais nada.

A perceção dele sobre se eu poderia ser um bom canal para informação ou para passar informação, isso... Era reconhecida em Angola a minha dimensão. Talvez tenha sido esse o grande motivo.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado João Cotrim de Figueiredo, faça o favor.

O Sr. **João Cotrim de Figueiredo** (IL): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, Dr. João Gama Leão, esta Comissão de Inquérito tem como objeto, aliás, como título, uma investigação de inquérito parlamentar às perdas registadas pelo Novo Banco e imputadas ao Fundo de Resolução.

Ao fim da manhã que tivemos, porque é que eu acho bom relembrar isto? Porque eu não tenho qualquer intenção de estar a visitar as suas condutas prévias a 2014, exceto na estrita medida em que elas possam ter conduzido a perdas que, na altura, o senhor não tinha maneira de saber que iam ser imputadas ou potencialmente imputadas ao erário público.

Portanto, essas condutas, a mim, interessam-me relativamente pouco, antes de 2014, exceto no sentido de que possam ter conduzido a perdas que mais tarde ou mais cedo os portugueses possam ter de vir a pagar.

Isto não significa que essas condutas não devam merecer análise, crítica e até julgamento, mas não nesta instância.

Neste sentido, percebo que a sua relação com o Banco Espírito Santo... O Sr. Doutor, que é evidentemente uma pessoa muitíssimo mais sagaz do que aqui quis deixar transparecer, quer-nos convencer de que, na altura, era estratégia ter uma relação mais próxima com o Grupo Espírito Santo, nomeadamente através do investimento no capital da ESI, mas nunca concretiza por que isso era estrategicamente importante.

Mais tarde, diz-nos que foi dos momentos mais altos da sua carreira ter estado sentado à cabeceira de uma mesa em que o Dr. Ricardo Salgado disse: «Este grupo, esta família, nunca esquece quem os ajuda». E se esta frase não lhe trouxe ecos dos filmes de outras áreas da vida coletiva, eu não sei que mais campainhas o senhor precisava para saber que, se estivesse ingenuamente — coisa que não acredito — nesse papel, deveria ter, imediatamente, posto as tais campainhas a soar.

Tudo isto para lhe dizer, Sr. Doutor, o seguinte: não queira entrar naquela galeria de depoentes que já aqui passaram a dizer repetidamente que nada sabem, não por ter dito muitas vezes que nada sabe (que, até lhe faço a justiça de reconhecer, não disse), mas por nos querer fazer crer que somos nós que não sabemos.

Isto porque desfila uma série de personagens como o General Kopelipa, Álvaro Sobrinho, José Guilherme, Cláudio Dias dos Santos e depois, mesmo dentro do grupo, Bernardo Espírito Santo, Fernando Espírito Santo, David Santos, uma série de personagens, e depois quer-nos fazer crer que passou por todas estas personagens e por todas estas situações de uma forma perfeitamente impoluta.

Isto para dizer que não vou tocar nestes temas. É só para não fazer crer esta Comissão de Inquérito que somos nós que não sabemos aquilo que se passava antes e depois da Resolução do Banco Espírito Santo.

Portanto, neste princípio de que só me interessa aquilo que se passou depois de 2014 e que produziu perdas reais no Novo Banco que todos podemos vir a pagar, coloco duas perguntas muito simples.

O PER, começado a negociar em 2015 e depois finalizado em 2016 quase 2017, tinha, entre outras coisas, o perdão da dívida que já aqui foi falado, os dois anos de carência também, mas entra em incumprimento logo em 2019. Portanto, a pergunta que eu faço é como é que é possível negociar com um banco, do qual se é devedor, um acordo, e aceitá-lo, que seis meses depois de começar verdadeiramente a doer já entra em incumprimento?

Dou-lhe total latitude para falar da competência ou falta dela do Novo Banco, das pessoas do Novo Banco que negociaram isso, mas queria perguntar-lhe como é que, de uma forma geral, avaliou aquilo a que tem chamado repetidamente a má-fé do Novo Banco nesse processo de negocial. Peço-lhe que não se cinja só ao tema de pedido de insolvência pessoal.

A segunda pergunta, ainda mais direta e clara, é se pode declarar aqui, perentoriamente, que não detém hoje nenhum património pessoal que, ao abrigo dos avais que ao longo do tempo foi solicitado a prestar, e que prestou, devesse estar a responder por dívidas ao Novo Banco, e não o tem, e se esse património, não existindo na sua posse, está de alguma forma disseminado na posse de outros.

O Sr. Dr. **João Gama Leão**: — Sr. Deputado, nem tenho em meu nome o património nem em nome de qualquer pessoa da minha família ou amigo. Para que fique bem clara a minha posição patrimonial, desde sempre.

Com relação às pessoas a quem estive ligado, não sei se o Sr. Deputado se recorda quem era o Ricardo Salgado. O Ricardo Salgado era conhecido



pelo «dono disto tudo». Obviamente, para mim, como jovem empresário de 37 anos — hoje já tenho barba branca, mas na altura nem barba tinha —, conhecer o Dr. Ricardo Salgado era um ponto alto da minha carreira, com certeza.

Se fui ingénuo com o banco e a questão acionista, não sei, Sr. Deputado. Essa não lhe consigo responder.

Quanto à questão da parte estratégica de ter investido no banco, não sei. Eu disse isto numa televisão, que me custou muito, mas eu disse isto porque na altura o Banco Espírito Santo, para mim, não era a questão do financiamento. Na altura, o Banco Espírito Santo viajava com grupos de empresários, empresários de todas as áreas, de todas as dimensões, por vários países. Eu vou parar à Argélia, por exemplo, pela mão do Banco Espírito Santo.

Portanto, independentemente de qualquer financiamento, seja o que for, o Banco Espírito Santo tinha uma presença e uma postura de exportação e apoio à exportação e de internacionalização das empresas muito ativa. E era essa a minha principal vantagem em poder dizer, fora do País, e vejam o ridículo que isto parece hoje, mas, quando entrava em algum país, poder dizer que era acionista do Grupo Espírito Santo. Era a melhor coisa que eu podia dizer. Hoje é exatamente o contrário. Mas temos de nos reportar aos factos na altura. Quando eu entrei, de facto, um dos meus principais argumentos de *marketing* era dizer que era acionista do Grupo Espírito Santo. Aí está a parte da estratégia.

A questão de que fala de que usei isso para me financiar? Os meus negócios, quem me conhece — não pela *internet* mas quem me conhece de facto — sabe que das coisas que mais aprecio, aliás, a única coisa que eu sei fazer ou que eu sabia fazer ou achava que sabia fazer, era gerir empresas. Sempre foi a minha grande dedicação.

A última pergunta da sua parte, permita-me dizer-lhe que a minha memória já não captou.

O Sr. **João Cotrim de Figueiredo** (IL): — Não foi a última, mas diz respeito ao PER. A maneira como o PER foi desenhado e por que é que, logo que foi possível incumprir, ele estava incumprido.

O Sr. Dr. **João Gama Leão**: — Muito bem, Sr. Deputado.

Por isso é que eu acuso o Novo Banco de má-fé. Ainda bem que o Sr. Deputado se recordou. Eu acuso de má fé, exatamente porque eles aprovam o PER para nos ficar com as Cerâmicas e, de seguida, pedem a minha insolvência pessoal.

Portanto, fala de incumprimentos de 2019, mas eles pedem a minha insolvência pessoal em 2017. E quando pedem essa insolvência para um empresário como eu e para um grupo — mais uma vez, os meus defeitos — muito centrado na minha ação comercial, o meu nome ficou destruído, como está hoje. E com o nome destruído, não se faz expansão, como deve calcular.

O Sr. **João Cotrim de Figueiredo** (IL): — Tenho ainda uns segundos, Sr. Doutor, vou só perguntar, porque deixou aí essa pista, o que é que a gestão do Novo Banco fez com as Cerâmicas Aleluia que não foi no interesse do Novo Banco?

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Associe-me a esta pergunta!

O Sr. Dr. **João Gama Leão**: — Como disse? O que é que eu acho que foi?

O Sr. **João Cotrim de Figueiredo** (IL): — O Sr. Doutor, em resposta a uma pergunta anterior, disse que, quando estivesse aqui o Dr. António Ramalho, lhe perguntássemos o que é que aconteceu às Cerâmicas Aleluia, porque o destino que lhes foi dado não foi certamente no interesse do Novo Banco.

Pergunto exatamente qual é o destino que foi dado e em que medida não foi no interesse do Novo Banco.

O Sr. Dr. **João Gama Leão**: — As Cerâmicas Aleluia foram parar a um fundo. Na verdade, a pessoa que lidou comigo...

O Sr. **João Cotrim de Figueiredo** (IL): — A que fundo, Sr. Doutor?

O Sr. Dr. **João Gama Leão**: — Não sei, não sei qual foi o fundo. Mas posso dar-lhe a minha perceção do que foi o negócio.

Na altura, a primeira reunião que tive, passados seis meses da queda do Banco Espírito Santo, foi com o tal Sr. Vítor Fernandes, senhor este que, julgo, foi agora indicado para presidente do Banco de Fomento. Gostaria de dizer que o comportamento que esse senhor teve comigo e com um grande devedor é...

O Sr. **João Cotrim de Figueiredo** (IL): — *(Por não ter falado ao microfone, não foi possível registar as palavras do orador.)*

O Sr. Dr. **João Gama Leão**: — Sem questões jurídicas, eu iria classificar como «mercenário». Esta é a palavra que tenho para classificar esse senhor: é um mercenário. E, pelos vistos, esse tipo de atitudes compensa, porque hoje vai para presidente do Banco de Fomento.

A questão — e o Sr. Presidente permita-me a indignação — é que eu tinha um grupo que faturava centenas de milhões, com milhares de empregados, e fiquei absolutamente sem nada. Portanto, alguém que me ponha o rótulo de «grande devedor» e não se senta à mesa comigo para negociar de acordo com um princípio de boa fé, para mim, não passa de um mercenário.

O Sr. **João Cotrim de Figueiredo** (IL): — O que é que aconteceu à Aleluia?

O Sr. **Presidente**: — Aleluia!

*Risos.*

O Sr. Dr. **João Gama Leão**: — Quanto à Aleluia, nós, na altura, fizemos muito ruído no mundo da cerâmica, um mundo muito tradicional, muito fechado. Eu tinha já uma fábrica cerâmica, que era a Goldcer, que adquiri do grupo Levira. Então, para mim, era estratégico: eu tenho uma cerâmica, junto às quatro da Aleluia e fico líder do negócio cerâmico, em Portugal, que é um dos mais reconhecidos a nível mundial.

Acontece que também fiquei o maior consumidor de matéria-prima. E uns meses, uns anos antes de toda esta situação, havia um grupo que detinha, diria, o monopólio das matérias-primas, em Portugal — se me perguntar o nome, não me lembro...

Então, como é óbvio, esse grupo que detinha as matérias-primas teria de falar comigo para ter negócios. E essa posição de líder no mundo da cerâmica trouxe-me, como é óbvio, alguns inimigos. Na altura da reestruturação da Aleluia, também despedi toda a administração, o que, como é óbvio, também me gerou uma série de inimigos. E, então, esse grupo

que detinha as matérias-primas foi adquirido por um fundo, que não lhe consigo precisar qual é.

O Sr. **João Cotrim de Figueiredo** (IL): — Mas que não é o mesmo que comprou a Aleluia.

O Sr. Dr. **João Gama Leão**: — Vamos chegar lá! O que acho é que toda essa manobra do Novo Banco foi para servir esse fundo. Ou seja, esse fundo ficou com a maior produção de matéria-prima para cerâmicas, em Portugal, e ficou com o maior grupo cerâmico português.

Acho — não tenho a certeza, mas acho — que o destino do meu grupo se deve a essa vontade de alguém. É que se as Cerâmicas não pertencem ao Novo Banco, se eles não ganharam dinheiro com as Cerâmicas, então, eles serviram um interesse desse fundo e não do Novo Banco.

O Sr. **João Cotrim de Figueiredo** (IL): — Não tenho mais perguntas, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Dr. João Gama Leão, não havendo mais perguntas, quero agradecer a sua colaboração.

Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, temos, a seguir, uma reunião de Mesa e Coordenadores.

Está encerrada a reunião.

*Eram 13 horas e 19 minutos.*

A DIVISÃO DE REDAÇÃO.